

C

**O
ESPAÇO
TEM
COR**

C

**O
ESPAÇO
TEM
COR**

Usos e apropriações de negros
nos espaços públicos do
Centro Histórico de Campina
Grande - PB

**STÉPHANE MARIANA
CUNHA LIMA DE SOUSA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
STÉPHANE MARIANA CUNHA LIMA DE SOUSA

O ESPAÇO TEM COR:
USOS E APROPRIAÇÕES DE NEGROS NOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINA
GRANDE - PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr. Kainara dos Anjos

CAMPINA GRANDE
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
STÉPHANE MARIANA CUNHA LIMA DE SOUSA

O ESPAÇO TEM COR:
USOS E APROPRIAÇÕES DE NEGROS NOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINA
GRANDE - PB

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Campina Grande.

Profa. Mariana Fialho Bonates
Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Kainara Lira dos Anjos (orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Mauro Normando Macedo Barros Filho (avaliador)
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Me. Josilene Maria De Oliveira (avaliadora)
Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande, ___/___/2019

AGRADECIMENTOS

A memória mais antiga que possuo da minha educação é minha mãe me ensinando sobre os preconceitos que eu iria sofrer na escola e que a minha única arma seria o estudo. Do seu jeito, “mainha” me ensinava sobre padrão de beleza, racismo e o quanto a sociedade podia ser cruel. Obrigada Ana Lúcia, por ter me ensinado que estética não é importante, mas conhecimento é a base de tudo.

Ao meu pai Gelson, obrigada pela dedicação incessante, pela perseverança em me garantir todas as ferramentas necessárias para ter uma educação de qualidade. Seu objetivo era que eu tivesse as mesmas oportunidades que qualquer pessoa privilegiada. Meus agradecimentos por me mostrar o quanto é difícil uma pessoa negra ascender socialmente e as renúncias necessárias para isso, a escola da vida estava sempre ao meu lado. Agora estou colhendo os frutos que você tanto me falou que iria valer a pena.

Ao meu irmão Nicollas, obrigada pelo companheirismo e amparo nos momentos difíceis.

À minha sobrinha Nicolle, agradeço pelos seu sorriso sincero, olhos grandes e abraço apertado. Aos meus 20 anos, um ser vivo tão pequeno pôde me ensinar o que é amor puro e verdadeiro.

À minha avó Socorro, pelo amor em forma de gestos.

À meu avô Pedro, pelo olhar de ternura, pelas conversas e toda a ajuda.

À minha falecida avó Ana, por me ensinar o que é mulher forte.

À meu falecido avô Sousa, pelas lembranças ternas e amorosas.

À minhas tias e meus primos, por todo o apoio e momentos vividos.

À Vinícius, Palloma e Maria Clara pelas conversas e histórias compartilhadas.

À Ellen, Clara e Paula pela amizade de anos, mesmo à distância. Agradeço por serem a lembrança boa da escola.

À Sam pela ajuda, por me ensinar sobre campo popular, negritude e militância, por meio de suas atitudes. Agradeço por ser espelho de mulher forte.

À Marco, Nicole, Raissa e Louise pelo companheirismo e descontração nos momentos difíceis.

Ao Coletivo Cafuné pela acolhida e compartilhamento de experiências e conhecimentos, vocês foram essenciais.

À Fabiano e Deivid por todo o conhecimento e momentos compartilhados, devolhes minhas experiências com arquitetura.

À Bertini pelos momentos de descontração, foram essenciais para minha jornada.

À Biazinha pela amizade, companheirismo e força. Obrigada por não me deixar baixar a cabeça, gratidão por todos os momentos.

À Arielly pela amizade e compartilhamento de experiências, sem sua ajuda não seria possível.

À Samara pela ajuda, força e momentos de descontração.

À Yara e Mayara por todos os momentos vividos e compartilhados.

À Debs, Carla e Valeris por tudo compartilhado, a caminhada foi mais tranquila ao lado de vocês.

À Emanuell por todos os momentos, amizade e ajuda. Obrigada por me ensinar sobre ser uma pessoa boa, por meio de atitudes.

À Carine por me abrigar em sua casa por diversas vezes e por todo o companheirismo e amor.

À Hugo por toda amizade, conhecimentos passados e por me ensinar sobre amor, vida e perseverança, por meio de suas atitudes.

À professora Lívia Miranda por todos os ensinamentos, o urbanismo não seria o mesmo sem ela.

À minha orientadora Kainara dos Anjos, obrigada por toda força, apoio, ensinamentos e companheirismo, uma mulher na qual me espelho.

“Temos que falar sobre libertar
mentes tanto quanto sobre
libertar a sociedade.”

Angela Davis

RESUMO

A história da população negra brasileira é marcada por diversos processos segregadores, que culminaram na estrutura de sociedade racista hodierna. A inquietação frente à carência de bibliografia que correlacione essa história da população negra no Brasil ao estudo do espaço urbano foi o ponto inicial para o desenvolvimento deste trabalho. Nesse contexto, o espaço urbano surge como reflexo das questões sociais, partindo dos centros históricos como organismo das cidades, para uma escala micro, ao colocar o espaço livre público como reprodutor das relações coletivas. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral estudar as diferentes formas como os espaços livres públicos do Centro Histórico de Campina Grande-PB são apropriados pelos seus usuários, como forma de refletir sobre as consequências da construção social do racismo nesses locais. Para tal, esse estudo foi desenvolvido em três etapas: i) construção bibliográfica da relação do negro com o espaço urbano; ii) leitura urbana e histórica do objeto e entorno; e iii) coleta e análise dos dados de apropriação. Os resultados obtidos buscam refletir sobre a desigualdade étnica e social nas formas de apropriação dos espaços livres públicos pelos usuários.

Palavras-chave: Espaços livres públicos; Apropriação; Negros.

ABSTRACT

The history of the Brazilian black population is marked by several segregating processes, which culminated in the structure of today's racist society. The concern about the lack of bibliography that correlates this history of the black population in Brazil with the study of the urban space was the starting point for the development of this work. In this context, urban space emerges as a reflection of social issues, starting from the historical centers as a city organism, to a micro scale, by placing public space as a reproducer of collective relations. Therefore, the present work has as general objective to study the different ways in which the public spaces of the Historic Center of Campina Grande-PB are appropriated by its users, as a way of reflecting on the consequences of the social construction of racism in these places. For that, this study was developed in three stages: i) bibliographical construction of the relation of the black with the urban space; ii) urban and historical reading of the object and environment; and iii) collection and analysis of appropriation data. The results obtained seek to reflect on the ethnic and social inequality in the forms of appropriation of public spaces by the users.

Keywords: Public spaces; Appropriation; Black people.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: Foto do Calçadão Cardoso Vieira. 24
- Figura 02: Foto da Praça da Bandeira. 25
- Figura 03: Foto da Praça da Bandeira. 25
- Figuras 4 e 5: Foto da Praça da Clementino Procópio. 26
- Figura 06: Calçadão da rua Cardoso Vieira (década de 1980). 30
- Figura 07: Trecho do mapa da malha urbana de Campina Grande em 1907. 31
- Figura 08: Praça da Bandeira em seu estado original. 32
- Figura 09: Imagem da Praça da Bandeira após a Reforma de 2016. 33
- Figuras 10 e 11: Clementino Procópio originalmente e o seu entorno compreendido pelo Cine Capitólio e a Igreja do Rosário. 33
- Figura 12: Centro de Campina Grande após projeto “bota abaixo”. 34
- Figura 13: Praça Clementino Procópio após a reforma de 1985. 34
- Figura 14: Diário de campo com mapeamento da contagem de pessoas se apropriando da Praça da Bandeira. 42
- Figura 15: Diário de campo com mapeamento do fluxo de pessoas na Praça da Bandeira. 43
- Figura 16: Diário de campo com mapeamento da contagem de pessoas se apropriando do Calçadão Cardoso Vieira. 45
- Figura 17: Diário de campo com mapeamento do fluxo de pessoas do Calçadão Cardoso Vieira. 46
- Figura 18: Diário de campo com mapeamento da contagem de pessoas se apropriando da Praça Clementino Procópio. 48
- Figura 19: Diário de campo com mapeamento do fluxo de pessoas da Praça Clementino Procópio. 49

LISTA DE MAPAS

- Mapas 1, 2 e 3: Identificação e localização do objeto de estudo. 21
- Mapa 04: Delimitação do Centro Histórico de Campina Grande. 22
- Mapa 05: Planta de Coberta da Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira e Calçadão Cardoso Vieira. 22
- Mapa 06: Planta Baixa da Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira e Calçadão Cardoso Vieira. 23
- Mapas 7, 8 e 9: Evolução esquemática da malha urbana da cidade 1907-1943. 27
- Mapa 10: Caracterização do Sistema de Espaços Livres do Centro de Campina Grande. 29
- Mapa 11: Definição da poligonal de entorno da área de estudo, a partir de um trajeto de 500m. 35
- Mapa 12: Caracterização do entorno. 36
- Mapa 13: Usos do solo do entorno (predominância por quadra). 37
- Mapa 14: Eixos de hierarquia viária. 38
- Mapa 15: Índice de Renda. 39
- Mapa 16: Apropriação do Calçadão Cardoso Vieira, de acordo com seu uso. 52
- Mapa 17: Síntese da apropriação do Calçadão Cardoso Vieira, de acordo com a etnia dos usuários. 53
- Mapa 18: Apropriação da Praça da Bandeira, de acordo com seu uso. 57
- Mapa 19: Síntese da apropriação da Praça da Bandeira, de acordo com a etnia dos usuários. 58
- Mapa 20: Apropriação da Praça Clementino Procópio, de acordo com seu uso. 62
- Mapa 21: Síntese da apropriação da Praça Clementino Procópio, de acordo com a etnia dos usuários. 63
- Mapas 22 a 25: Fluxo de pessoas no Calçadão Cardoso Vieira. 68

Mapas 26 a 28: Fluxo de pessoas no Calçadão Cardoso Vieira. 69

Mapas 29 a 32: Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira. 71

Mapas 33 a 35: Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira. 72

Mapas 36 a 39: Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio. 74

Mapas 40 a 42: Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio. 75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1 a 9: Número de pessoas por etnia e por gênero no Calçadão Cardoso Vieira. 55

Gráficos 10 a 18: Número de pessoas por uso no Calçadão Cardoso Vieira. 56

Gráficos 19 a 27: Número de pessoas por etnia e por gênero na Praça da Bandeira. 60

Gráficos 28 a 36: Densidade populacional por uso na Praça da Bandeira. 61

Gráficos 37 a 45: Número de pessoas por etnia e por gênero na Praça Clementino Procópio. 65

Gráficos 46 a 54: Número de pessoas por uso na Praça Clementino Procópio. 66

LISTA DE SIGLAS

Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre (ARCCAS)

Centro Histórico de Campina Grande (CHCG),

Companhia de Pró-desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA)

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG)

Secretaria de Planejamento (SEPLAN)

Gráficos 46 a 54: Número de pessoas por uso na Praça Clementino Procópio. 66

SUMÁRIO

01

INTRODUÇÃO

REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO

05

| | |
|---|----|
| Metodologia..... | 06 |
| Aporte teórico..... | 09 |
| Espaços livres públicos..... | 09 |
| A população negra e o espaço urbano..... | 13 |

19

LEITURA URBANA

| | |
|--|----|
| Localização e caracterização da área..... | 20 |
| Contextualização histórica..... | 27 |
| Caracterização do entorno..... | 35 |

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

40

| | |
|----------------------------|----|
| Teste sistemático..... | 41 |
| Resultados e análises..... | 50 |
| Contagem..... | 51 |
| Fluxos..... | 67 |
| Estudo comparativo..... | 76 |

79

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

82



INTRODUÇÃO

Historicamente, na construção do Brasil, não só da sociedade, mas também das cidades e do espaço como um todo, o lugar do negro sempre foi notavelmente marginalizado. Isso se deve a diversas construções sociais, advindas primeiramente e legalmente do regime escravocrata, e na contemporaneidade herdadas como forma do racismo velado, estrutural.

Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o "problema negro", e com ele se intensificando o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o "preconceito de cor ou de raça" transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis. (CARDOSO, 1962, p. 281)

No entanto, existiu ao longo da história um silenciamento da população negra em relação a vários aspectos, principalmente à produção de literatura. Isto é, a história brasileira foi escrita partindo de uma visão dominante branca, na qual os negros foram invisibilizados, tanto na formação das cidades, quanto na produção bibliográfica, como afirma Pereira (2012).

Esse racismo pode ser observado em todos os aspectos da sociedade, dada a sua complexa estrutura, inclusive na arquitetura. Nas residências por exemplo, convenções como o quarto de empregada, ou as edículas, muito comuns nas mansões modernas, foram heranças das senzalas (LEMOS, 2012). Porém, ao invés da relação escravo negro e senhor de engenho, a sociedade capitalista estabeleceu a relação patrão e empregado. No entanto, a segregação e a inferioridade permaneceram entranhadas na estrutura da sociedade.

Na escala urbana esse processo ocorre de modo semelhante, na forma de favelas, em que a população é majoritariamente negra e de baixa renda, resultado de um contexto histórico segregador e desigual (ROLNIK, 1989). Isto é, a supremacia branca, solidificada através do sistema capitalista, reformou e consolidou processos históricos de barganha (MUNANGA, 2004), o que desencadeou na sociedade brasileira hodierna racista e desigual, tanto socialmente

quanto espacialmente.

Dessa forma, o histórico da formação das cidades brasileiras parte de um princípio desigual, de uma distribuição social e racista do espaço urbano. Não somente da escala da urbe, mas também ao partir de uma escala micro, em que todos os elementos da cidade são importantes (LAMAS, 2000). Portanto, os espaços livres públicos são membros básicos das cidades (MACEDO, 1999), reflexo da sociedade, onde se estabelecem relações coletivas e que dependem diretamente das formas como as pessoas se apropriam deles.

Nesse contexto, ao estudar as peculiaridades da urbe, se faz necessário considerar os centros históricos, já que estes surgem como espelhos de suas cidades, os quais acumulam todas as nuances de transformações que o espaço urbano sofreu ao longo do tempo e de onde irradiam todas as áreas da cidade. Assim, estudar os espaços livres públicos dos centros históricos se faz importante para compreender as consequências das relações sociais e construções étnicas nesses espaços.

Desse modo, ao tratar de questões locais, o Centro Histórico de Campina Grande (CHCG), cidade de médio porte do agreste paraibano, passa por diversas dinâmicas. Esse espaço possui como principal peculiaridade ser a principal centralidade da cidade, isto é, o CHCG é a área mais dinâmica do município.

Do mesmo modo ocorre com os espaços livres públicos localizados nessa região, principalmente o Calçadão Cardoso Vieira, a Praça da Bandeira e a Praça Clementino Procópio. Além de serem localizados em posição mais centralizada correspondendo a um sistema de espaços livres públicos, apresentam significativa dinâmica e maior densidade de usuários, fator de extrema importância para um estudo de apropriação.

Portanto, o presente trabalho tem como objeto de estudo empírico os espaços livres públicos do Centro Histórico de Campina Grande, PB. Mais especificamente, o Calçadão Cardoso Vieira, a Praça da Bandeira e a Praça Clementino Procópio, pelas razões anteriormente apresentadas.

A importância do presente estudo corresponde ao fato de que esses espaços livres públicos são essenciais para a cidade, além da carência de estudos

relacionando arquitetura e urbanismo, pela insuficiência de pesquisas sobre a influência negra na produção dos espaços. Também justifica-se pelo silenciamento e apagamento da bibliografia em relação à temas voltados à população negra, bem como pelo ineditismo do tema.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as diferentes formas como os espaços livres públicos são apropriados pelos seus usuários, como forma de refletir sobre as consequências da construção social do racismo nesses locais.

Como objetivos específicos, o presente estudo se dispõe a

- i) Contextualizar o espaço do negro construído social e historicamente na formação das cidades brasileiras;
- ii) Analisar os atributos físicos e espaciais, bem com as dimensões subjetivas (percepção) do Calçadão Cardoso Vieira, da Praça da Bandeira e da Praça Clementino Procópio;
- iii) Compreender as relações existentes entre as formas de apropriação dos espaços públicos a partir de uma visão étnica.

Este trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro destina-se à apresentação do referencial teórico-metodológico, que descreve todo o percurso metodológico desta pesquisa, bem como de todos os procedimentos aplicados em cada etapa de análise metodológica. Também aprofunda nas temáticas dos espaços livres públicos e na relação da população negra com o espaço urbano (Capítulo 1).

Em seguida, há uma leitura urbana, isto é, localização, contextualização histórica e caracterização do Calçadão Cardoso Vieira, da Praça da Bandeira e da Praça Clementino Procópio e seu entorno (Capítulo 2). Posteriormente são apresentadas as coletas de dados e análises de apropriação acerca do objeto de estudo (Capítulo 3).

REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

1

1.1 Metodologia

1.2 Aporte teórico

1.2.1 Espaços livres públicos

1.2.2 A população negra e o espaço urbano

1.1 Metodologia

Para a definição da metodologia do presente trabalho utilizou-se como referência o estudo realizado por Gomes (2017), que estrutura procedimentos metodológicos, com o objetivo de analisar a apropriação de espaços livres na cidade de Campina Grande, a partir da definição de um estudo de caso. Dessa forma, Gomes (2017) subdivide seu estudo em três etapas - referencial teórico, leitura urbana e apropriação do espaço -, que podem ser realizadas simultaneamente ou respectivamente.

Sendo assim, para o presente trabalho também foram definidas as mesmas etapas principais, adaptadas ao objetivo geral e ao objeto de estudo do trabalho. Tais etapas são apresentadas a seguir.

Etapa 1: Referencial teórico

Por se tratar de um estudo com poucas referências, as pesquisas bibliográfica e documental consistem em parte importante do trabalho. Sendo assim, foram definidas as duas categorias conceituais a partir das quais serão realizadas as análises pretendidas: (i) espaços livres públicos e (ii) população negra e os espaços urbanos.

Etapa 2: Leitura urbana

Consiste no reconhecimento do espaço, com o objetivo de diagnosticar e compreender os atributos físico-espaciais do objeto de estudo. Equivale à primeira etapa de diagnóstico do espaço urbano a partir dos seguintes aspectos: localização e caracterização da área, contextualização histórica e caracterização do entorno.

A) Localização e caracterização da área

O objeto de estudo escolhido, de acordo com a justificativa apresentada anteriormente, é analisado a partir de sua inserção urbana, seus elementos e marcos. Nesta etapa houve uma caracterização dos espaços livres do centro de Campina Grande, assim como seus aspectos físico-espaciais, constituídos por elementos como arborização, mobiliário urbano, equipamentos e serviços.

B) Contextualização histórica

Estudo da história do lugar a partir da revisão bibliográfica acerca do objeto

De estudo, descrição das eventuais transformações ocorridas ao longo dos anos, passando pelo desenvolvimento histórico da cidade e da área estudada.

C) Caracterização do entorno

Tomando ainda como referência o estudo de Gomes (20017), a área de entorno foi definida levando em consideração um trajeto de 500 metros a partir do objeto de estudo e se ramificando para as ruas adjacentes. Pois “esse espaço é entendido como a área de influência” (GOMES, 2017, p. 39).

A partir desse perímetro, foi feita a caracterização do entorno, inicialmente fazendo um reconhecimento dos principais equipamentos existentes na área, posteriormente utilizando os três principais parâmetros influenciadores das dinâmicas espaciais: uso do solo, fluxos e índice de renda.

Etapa 3: Apropriação do espaço

Após a realização do diagnóstico urbano, Gomes (2017) utiliza os “Diários de Campo” para embasar as análises de apropriação do espaço, “O diário, diferente de outros métodos, aproxima o observador do objeto e permite a percepção de sutilezas que podem passar despercebidas em um levantamento de campo comum” (GOMES, 2017, p. 45). Da mesma forma, o método foi utilizado para estudar a forma como o espaço está sendo utilizado, adaptando-o para o recorte étnico.

Por se tratar de uma etapa determinante da pesquisa, outra metodologia foi associada aos Diários de Campo: os procedimentos propostos por Jan Gehl e Birgitte Svarre no livro *How to Study Public Life* (2013). Nessa obra, os autores colocam o método dos oito pontos como ferramenta para análises acerca de interações sociais: contar, traçar, buscar comportamentos, rastrear, testar caminhadas, fotografar, mapear e manter um diário (GEHL; SVARRE, 2013).

1) Rastrear (Tracking)

Consiste em seguir usuários da área estudada, de forma que seja possível obter informações acerca das rotas realizadas por eles, suas escolhas e como eles se locomovem no espaço.

2) Testar caminhadas (test walks)

Pretende experimentar as principais rotas realizadas pelos usuários do espaço, simulando as experiências de uso de um determinado espaço público, através das caminhadas, a partir disso novos detalhes podem ser percebidos.

3) Traçar (Tracing)

Consiste em traçar os percursos realizados pelas pessoas no espaço estudado, sendo possível encontrar padrões de fluxos.

4) Contar (Counting)

Tem o objetivo de quantificar aspectos ou fenômenos que estão ocorrendo no local de estudo, como número de pessoas, etnia, gênero, idade e tipo de interação.

5) Buscar comportamentos (looking for traces)

Nesta etapa procura-se evidências físicas de algum comportamento recorrente, isto é, uma demonstração de potencial movimento em um lugar específico, sem que haja influência da morfologia projetual do espaço.

6) Fotografar (photographing)

Busca ilustrar e humanizar os dados, compor um registro das interações sociais, complementar as informações coletadas nas outras etapas, isto é, documentar a vida urbana por meio de imagens.

7) Mapear (Mapping)

Utilizando mapas temáticos, há um cruzamento dos dados comportamentais coletados em campo. Além de ser uma forma de representar as informações, possibilita uma visão ampliada em prol das análises dos dados.

8) Manter um diário (Keeping a Diary)

Etapa essencial, pois possibilita o registro das atividades realizadas em campo, garante um suplemento qualitativo aos dados quantitativos e combina as informações coletadas isoladamente, proporcionando a execução das outras etapas. Gehl e Svarre (2013) colocam o diário de campo como método quantitativo complementar a uma coleta de dados mais qualitativa, como realizado nesta pesquisa.

Esses oito pontos podem ser usados concomitantemente ou não, a depender das necessidades da pesquisa. Neste estudo foram usados seis, os pontos “rastrear”, e “testar caminhadas” foram desconsiderados, porque eles dão ênfase à forma como os usuários do espaço se deslocam, portanto sendo mais utilizados em estudos com enfoque nos fluxos das pessoas. Dessa forma, não foi necessário o uso dos pontos “rastrear” e “testar caminhadas”, pois já existe o ponto “traçar” para essa função.

1.2 Aporte teórico

1.2.1 Espaços livres públicos

O espaço urbano, o palco de todas as relações urbanas, pode ser categorizado em espaços construídos e os espaços livres. Segundo Tângari; Silva (2010), os espaços livres no meio urbano são um conjunto de espaços não edificadas, descobertos, inseridos na malha urbana de porte significativo no tecido da cidade; podendo ou não ser arborizados, com ou sem mobiliários e equipamentos urbanos, delimitados por edificações ou por outros espaços livres. Esses espaços possuem formas que resultam do acaso (resíduos de sistemas viários, desmembramentos de glebas urbanas), ou devidamente projetadas. Têm a finalidade de circulação (ruas e calçadas) ou de permanências (praças, largos, jardins e parques). Desse modo, os espaços livres podem ser:

[...] classificados em Privados (ELPr) e Públicos (ELPu). ELPr compreendem as áreas de terrenos particulares (lotes, quadra ou glebas) não ocupadas por edificações cujo acesso é controlado, sendo utilizados por um grupo de moradores/usuários com características e interesses específicos. Tais espaços são utilizados para diversos fins (jardins, lazer, prática de esportes, etc). ELPu permitem o encontro com o outro, é onde se fortalecem as relações coletivas, onde ocorrem as trocas fundamentais e o convívio com a diferença (SILVA; BARROS FILHO, 2014, p.5).

Os espaços livres públicos podem ser de circulação ou de permanência. Aqueles de circulação geralmente são lineares e visam o deslocamento de pessoas ou veículos, já os de permanência são para convívio social, expressão cultural e encontro de pedestres (SILVA; BARROS FILHO, 2014). Agregam pessoas diferentes, em horários distintos, com interesses diversos (CARNEIRO, 2010),

“representam importantes referências simbólicas para a cidade. Criam um lugar urbano e refletem a identidade de um lugar” (SILVA; BARROS FILHO, 2014, p. 5).

A esfera da arquitetura e do urbanismo trata o espaço livre a partir da esfera do público e do privado, do uso do solo e de sua propriedade, assim, o conceito desse espaço “se refere à propriedade pública, assim como ao local onde se espacializam e se materializam comportamentos e atividades sociais da vida pública” (SILVA; BARROS FILHO, 2014, p. 6). Já o conceito de espaço livre público para a sociologia se refere a um espaço de trocas sociais.

Na sociologia, o espaço público é fundamentalmente o espaço de encontro com o outro, com o diferente de si. É o espaço onde as relações íntimas do grupo primário se enfraquecem e se fortalecem as relações coletivas que possibilitam as trocas fundamentais, o convívio com a diferença, marca da civilização. (LEITÃO, 2002, p.17)

São nos espaços livres públicos que as trocas interpessoais e encontros sociais acontecem, abrindo possibilidades para a vivência e apropriação do espaço (SILVA ET AL, 2015). Leitão (2002) afirma que é no espaço público onde se fortalecem as relações coletivas, que possibilitam as trocas fundamentais e o convívio com a diferença.

Dessa forma, os espaços livres constituem um dos elementos básicos e mais importantes encontrados na cidade brasileira (MACEDO, 1999), que além de ser a organização de atividades urbanas, as cidades constituem as paisagens mais relevantes construídas pela humanidade. Isso acontece por que sua definição compreende uma diversidade de manifestações de interação entre o homem e seu entorno natural (CHIARUTTO, 2015).

Entretanto a organização formal da cidade não se faz exclusivamente pela organização das atividades urbanas: situam-se também as dimensões e escalas que ultrapassam a área ocupada por edificações utilizando outros elementos morfológicos, tais como: o solo, a rua, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento, a árvore e o mobiliário urbano (LAMAS, 2000).

Todas essas escalas são importantes para o estudo das dinâmicas urbanas. Nesse contexto, a Declaração de Amsterdã - produto final do Congresso sobre o

Patrimônio Arquitetônico Europeu em 1979 - introduz o conceito de conservação urbana integrada, colocando o conjunto urbano todo como patrimônio arquitetônico, o que envolve desde espaços livres até o novo patrimônio moderno. Os centros históricos das nossas cidades acumulam o maior número de relatos históricos congregados nos mesmos espaços, dessa forma, se tornam precípuos para compreender as diversas peculiaridades do meio urbano.

Desse modo, fica coerente analisar as transformações da cidade por meio do estudo dos centros históricos, por se tratar da origem do aglomerado urbano, uma das áreas mais antigas da cidade. O centro histórico é a área da cidade “de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização” (DGOTDU, 2005, p. 128).

Por possuírem essas características, os centros históricos detêm uma concentração de espaços livres qualificados consideráveis, já que há maior infraestrutura e oferta de serviços, o que influencia na forma como esses espaços são utilizados, além do público que frequenta.

Além disso, a concentração de espaços livres qualificados nas áreas centrais das cidades, onde há mais facilidade de instalação devido à presença de infraestrutura e serviços, reflete a desigualdade de oferta para a população, fazendo com que a população menos favorecida economicamente, que reside nas periferias, não tenha a oportunidade de usufruir deles, tornando o local de uso predominante daquelas famílias mais abastadas que vivem no centro [...], privilegiando determinadas parcelas sociais ao seu usufruto. Em geral, os espaços livres públicos das periferias são raros e desprovidos de infraestrutura e manutenção. (OLIVEIRA; SILVA, 2014, p. 9)

Nesse contexto, os espaços livres públicos não são democráticos e seu acesso não é público na sua completude. A forma como esses espaços são utilizados depende de diversos fatores, sua materialidade baseia-se na sociopolítica expressa por características de noções de espaço público (tais como direitos, cidadania e vida pública) construídas em outras áreas do conhecimento (ABRAHÃO, 2008).

Assim, ao fazer uma análise sociopolítica do espaço público, Macedo (1999) introduz o conceito de paisagem para denominar um espaço que resulta de um processo social de ocupação e de gestão de determinado território. Zukin (2000)

inclui a avaliação da cultura material e do processo social, como forma de ampliar o significado desses espaços, assim, a percepção de sua importância é aumentada, considerando a paisagem como agente estruturador da sociedade.

Desse modo, Zukin (2000) coloca o espaço como imposto ao ambiente, construído socialmente por instituições dominantes, em que seus criadores utilizam seu poder político para produzir uma ideia de estabilidade na paisagem, como uma forma de superioridade, impondo sua visão. Partindo desse pressuposto, há uma dualidade entre o conceito literal de espaço público, uma oposição entre os poderes econômico e cultural, uma oposição aos “sem poder”.

Nessa relação de contradição surgem as fragilidades dos espaços, já que sua sobrevivência depende das relações sociais nele estabelecidas, isto é, da forma como as pessoas se apropriam desses locais.

A combinação entre relações sociais específicas e características físicas do espaço pode comprometer ou assegurar sua ocupação. A possibilidade de apropriação do espaço livre público está diretamente relacionada ao grau de cidadania de uma cidade, pois é nesse espaço onde seus indivíduos podem exercer relações de troca, encontro e convívio. Quando essas relações não mais acontecem, ou tornam-se eventuais, a cidade passa a ser um organismo suscetível a fragilidades. (MEIRA, 2017, p. 9)

Tendo em vista que a desapropriação da população desprivilegiada dos espaços livres públicos torna esses locais frágeis, Lefebvre (2006) apresenta o conceito de direito à cidade:

O direito à cidade manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitá-la e a morar. o direito à obra (à actividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implícitos no direito à cidade. [...] (LEFEBVRE, 2006, p.1)

Desse modo, Lefebvre (2006) mostra que a apropriação do espaço é feita através do controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, de sua relação econômica de dominação das políticas públicas urbanísticas, demonstrando a carência que a cidade possui de lugares que não sejam mercadológicos, puramente capitalistas, manifestando uma noção de cidadania em prol da produção de espaços coletivos. Portanto, um fator definitivo no modo de apropriação do espaço urbano, no zelo sobre os bens públicos e na participação popular.

1.2.2 A população negra e o espaço urbano

Apesar de não ser o objeto central do estudo, é importante analisar os fatores históricos determinantes para a construção do espaço urbano hodierno, tomando como base a sociedade escravocrata. Nesse contexto, Oliveira (2015) afirma que as territorialidades seguem os padrões culturais e que as organizações espaciais são reflexo da sociedade.

Para compreender a hierarquia criada através das consequências da sociedade escravista, é necessário entender que já existia escravidão antes mesmo dos europeus chegarem ao Brasil. A escravidão negra em Portugal já era uma instituição quando chegou ao território brasileiro, que foi prolongada através das Companhias das Índias Ocidentais e Orientais (TAVARES, 1977).

Vale aqui ressaltar que além disso, existia uma justificativa em volta da escassez de mão de obra para escravizar não só africanos, mas também índios. Nesse contexto, Gomes (2006) afirma que alguns historiadores promoveram “mitos” em volta da inevitabilidade da escravidão no Brasil, colocando os indígenas como preguiçosos e tornando a escravização de pessoas negras responsável pela ascensão do país como maior produtor de açúcar do mundo.

Além disso, a construção da relação entre os proprietários brancos e os negros escravizados foi pautada na inexistência de compaixão. Segundo Gomes (2006) as únicas melhorias que aconteceram na qualidade de vida das pessoas escravizadas baseavam-se na manutenção do sistema escravista, já que se esses indivíduos estivessem saudáveis a produção seria mais eficiente.

Essa hierarquização se solidifica partindo da premissa de uma irracionalidade atribuída aos seres humanos escravizados, que servia como justificativa para o tratamento desumano, Weimer (2012) afirma que a narrativa europeia colocava os escravos e os animais em um mesmo patamar. Nesse contexto Pereira (2012) afirma:

Os negros, arrancados de seu país e separados de seus familiares, foram obrigados a suportar a arrogância do branco e também sua covardia, estando, durante o descarregar dos navios negreiros a mercê da coação, do chicote, do tronco e de correntes, além de serem transportados doentes, famintos e amontoados, tais como objetos, expostos à humilhação que, de forma patológica, alimentava o vazio da alma de seus futuros compradores. (PEREIRA, 2012, p. 01)

A escravidão dos negros no Brasil iniciou em 1550 e terminou apenas em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, a qual durante toda a história foi atribuída exclusivamente a Princesa Isabel, enquanto a literatura silenciava os movimentos libertários negros. Um exemplo de resistência do povo negro foi a Guerra dos Palmares, que Marquese (2006) afirma que, ao ter contado com a participação de 6 a 30 mil pessoas, correspondeu a “[...] um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão do Novo Mundo” (MARQUESE, 2006, p. 107).

No entanto, as revoltas e as fugas não foram suficientes para a libertação do povo negro. Apenas a influência da Inglaterra e o capitalismo foram efetivos para tal acontecimento. Inclusive as fugas em alguns momentos eram utilizadas pelos próprios opressores, como afirma Farias (2006), pois muitos proprietários se apropriavam de escravos fugidos, para usufruir de seus serviços sem precisar comprar escravos novos. Assim, a fuga continuava significando a manutenção do sistema escravista, em detrimento da liberdade.

No entanto, esse tipo de narrativa que exalta o povo negro foi silenciada ao longo da história pelos autores detentores do discurso e da literatura brasileira, que historicamente foi a classe dominante, isto é, a elite branca, como afirma Pereira (2012).

Jamais saberemos até que ponto foi justificado os castigos impostos aos negros no Brasil, já que, os referenciais teóricos dos quais temos acesso, retratam, em sua maioria, apenas uma parte da história que, desconsiderando o não dito dos discursos escravistas, silenciaram os lamentos e os gritos de homens negros que perderam suas vidas em um país estrangeiro. (PEREIRA, 2012, p. 01)

Esse silenciamento é reflexo da estrutura construída ao longo desses séculos de sociedade escravocrata. Segundo Munanga (2004) a modernidade foi concebida a partir da colonização europeia, a qual consagrou a supremacia branca, solidificada através do sistema capitalista, que reformou e consolidou processos históricos de barganha.

A maneira negativa com a qual a sociedade brasileira vê o negro, é uma herança assimilada da cultura europeia e surge a partir de um modelo de ocupação espacial, que advém de um projeto de conhecimento e poder eurocêntrico da modernidade, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dominante. (BARROS, 2019, p. 13)

Nesse sentido, Almeida (2018) afirma que o capitalismo serviu como forma de adaptar as expressões do racismo, já que os oprimidos e os opressores se moldaram às necessidades do mercado, isto é, “racismo e sexismo colocam as pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia” (ALMEIDA, 2018, p. 160).

Protagonista de um cenário de pouca visibilidade, a população negra encontra-se submetida a condições subalternas em relação ao acesso a espaços prioritários a qualidade de vida e existência humana, como trabalho, segurança, educação, saúde, lazer e moradia, que no caso brasileiro devem ser ofertadas através das garantias dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente. (BARROS, 2019, p. 15)

Por esse motivo, é incomum observar indivíduos negros em posições socialmente elitizadas, tais como profissões com alto grau de instrução, cargos de liderança e espaços de custo elevado (BARROS, 2019). Comumente a população negra é vista em posição de inferioridade, invisibilizada, em que o Estado oferece serviços de forma precária, privilegiando a elite branca (BARROS, 2019), como forma de controle social e eliminação da população marginalizada, o que Mbembe (2016) chama de necropolítica.

Esse contexto de “dependência, subdesenvolvimento, marginalização, autoritarismo e patrimonialismo” (BARROS, 2019, p. 22) que faziam parte do período colonial, permanecem no pós-colonial, pois a historiografia excluía a população negra do processo de decisão política (BARROS, 2019). Portanto, a abolição da escravatura no Brasil não significou a liberdade da população negra.

Em paralelo com a abolição, a campanha de embranquecimento do governo brasileiro no século XX - em que o governo financiava a vinda de europeus para o Brasil, em prol da miscigenação e do “clareamento” da população - significou o deslocamento dos negros como mão de obra (ROLNIK, 1989). Dessa forma, os europeus que chegavam no Brasil eram contratados para o trabalho livre e assalariado (ROLNIK, 1989), enquanto restava a marginalização para a população negra.

Essa marginalização ocorreu não somente no sentido capitalista de mercado, mas também no viés territorial e urbanístico. Nesse processo de abolição e transformação do sistema senhorial-escravista para o capitalista, houve um

acelerado crescimento das cidades, enquanto a Lei da Terra assegurava aos latifundiários o destino das terras “foi negado o acesso à terra, o trabalho formal e não houve nenhuma política de reparação ou indenização” (MONTEIRO, 2017, p. 25).

Nesse processo, os negros passam de escravos a excluídos, mesmo sendo cidadãos livres (SOUZA, 2011). Sendo assim, essa população foi ocupando os espaços de forma marginalizada, transformando as paisagens das cidades, dando origem às favelas. Nesse mesmo contexto, nas primeiras décadas do século XX, surge no governo brasileiro as políticas de “embelezamento” e “desfavelização”, as reformas urbanas.

Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza. A face urbana desse processo é uma espécie de projeto de “limpeza” da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado. (ROLNIK, 1989, p. 33)

Desse modo, as reformas urbanas no Brasil surgem como forma de controle da população negra e pobre. Cidades como Rio de Janeiro (1906), Recife (1906) e Campina Grande (década de 1930-40) foram marcadas por conflitos raciais, dando origem à formação de favelas nas áreas mais precárias dessas cidades, na maior parte correspondendo a áreas ambientalmente frágeis e que não interessavam ao mercado formal (BARROS, 2019). Essa marginalização da população negra gerou espaços segregados, fazendo com que a elite se isolasse nos bairros burgueses, em um conflito territorial contínuo, como afirma Rolnik (1989):

o bairro segregado e exclusivo burguês produz um território marginal contíguo, depende de sua expansão para ter garantida sua manutenção, mas acaba por se envolver num conflito territorial inevitável e violento. (ROLNIK, 1989, p. 39)

Ainda sobre essa questão, a escritora Carolina de Jesus relata em 1960 que “o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 1960, p.33).

Partindo de uma visão macro para uma visão micro, ainda no contexto do espaço, porém espaço construído, é possível fazer um paralelo dos espaços urbano e construído com as senzalas do Brasil escravocrata. As senzalas refletiam a forma

como os negros eram explorados, enquanto o conjunto arquitetônico do engenho foi planejado em decorrência da forte hierarquia social (OLIVEIRA, 2017). Havia uma divisão clara entre a casa grande e a senzala, tanto de uso, localização quanto de conforto e arquitetura.

A hierarquia social e o sistema de valores daquela sociedade eram refletidos no arranjo espacial e nos diferentes materiais utilizados em cada um dos edifícios. A casa-grande e a capela situavam-se sempre nos locais mais elevados ou à meia-encosta, e a fábrica e a casa de purgar, em níveis mais baixos, próximas a um rio ou braço de mar. Também estavam situadas em locais mais baixos as senzalas e as moradias dos trabalhadores livres. Esta localização elevada da morada do senhor permitia um controle maior de seus domínios e a afirmação de sua autoridade, necessários, sobretudo quando se pensa numa economia escravista em que a obediência e disciplina eram obtidas por coerção física. (COSTA, 2008, p. 96-97 apud OLIVEIRA, 2017, p. 15)

Portanto, a divisão hierárquica ficava muito clara, não somente socialmente, mas sobretudo espacialmente. A senzala era formada por “fileiras de quartos sem janelas ou mobília fechando-se em pátios de onde se podia vigiá-los e comandá-los”. (ROLNIK, 1989, p. 30). Dessa forma, a mão de obra negra determinava o programa de necessidades, o quintal era destinado às mulheres, a habitação do fazendeiro era isolada (LEMOS, 2012). Essa característica da arquitetura colonial senhorial escravista deixou como herança para as edificações modernas a edícula - conjunto de serviço, isto é, lavanderia, garagem, quarto e wc dos empregados - (LEMOS, 2012). Isto é, a localização do quarto de empregada é a testemunha social do regime escravocrata (MELLO, 2012).

Assim sendo, ao mesmo tempo que as territorialidades seguem os padrões culturais, as organizações espaciais são reflexo da sociedade (OLIVEIRA, 2015). No entanto, há uma peculiaridade na sociedade brasileira, em relação a outras em que houve escravidão, que foi a grande miscigenação como política nacional. A ideia de democracia racial e a negação do racismo foram racionalmente construídas, principalmente no século XX, com base em teorias eugenistas, como afirma Almeida (2018). Esses estudos incentivaram a miscigenação como forma de “evolução” do povo negro, atrelado ao conceito de meritocracia.

Essa política serviu como forma de manutenção da desigualdade entre

brancos e negros (ALMEIDA, 2018). Bem como, deu origem a discussão em torno do colorismo, termo discutido pela primeira vez em 1982 pela escritora estado-unidense Alice Walker no livro *In Search of Our Mothers' Garden*. Neste ensaio Walker (1982) afirma que quanto mais escura a pele de uma pessoa, mais preconceito ela irá sofrer. Da mesma forma o contrário ocorre, as pessoas de pele mais clara são mais aceitas perante a sociedade.

Dessa forma, os conceitos de pardo e preto utilizados pelo IBGE fazem parte do espectro de negritude utilizado na literatura e na militância anti-racistas, de uma forma simplista, considerando o indivíduo pardo como mestiço, de acordo com as características fenotípicas, e o preto como possuindo a pele retinta.

[...] que, por mais amplo, ambíguo e abrangente que possa ser o sistema de classificação racial brasileiro, cada indivíduo guarda em si, baseado em suas características físicas, onde a principal delas é a cor da pele, um certo "limite" nas possibilidades, tanto de classificação por terceiros quanto de autoclassificação (TEIXEIRA, 2003, p. 64).

Dessa forma, ao utilizar os termos oferecidos pelo IBGE como sendo a maior parte da população brasileira - 46,7% pardos; 44,2% brancos e 8,2% pretos (IBGE Pnad Contínua, 2016) -, há um processo de politização das características fundamentais da população, dando atenção ao racismo institucional que a população negra (pretos e pardos) sofrem (NASCIMENTO; FONSECA, 2013).

A partir do estudo histórico e territorial das heranças da sociedade escravocrata brasileira, as políticas de democracia racial e o processo da marginalização da população negra nas cidades, é possível embasar a investigação das consequências da construção social racista para o espaço urbano hodierno, partindo da visão macro da cidade para a visão micro do espaço público.

LEITURA URBANA

2

2.1 Localização e caracterização da área

2.2 Contextualização histórica

2.3 Caracterização do entorno

A análise dos atributos históricos e físico-espaciais do local de estudo serão apresentadas nesse capítulo, por meio de fotos e mapas, tanto em conjunto quanto em cada espaço separadamente. Assim, a princípio será feita a localização e reconhecimento da Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira e Calçadão Cardoso Vieira; em seguida o levantamento histórico, compreendendo a formação desses espaços; e logo após a caracterização urbanística do entorno, por meio de mapas de uso do solo, fluxos e índice de renda.

2.1 Localização e caracterização da área

A Praça Clementino Procópio, a Praça da Bandeira e o Calçadão Cardoso Vieira, estão inseridos no Centro Histórico de Campina Grande (CHCG), cidade localizada no agreste paraibano. A cidade possui 407.472 habitantes de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, correspondendo, portanto, a segunda cidade mais populosa do estado, atrás apenas da capital, João Pessoa. Possui extensão territorial de 621km² aproximadamente, contando com 49 bairros oficiais, 14 novos bairros e distritos administrativos, exercendo influência sob 60 municípios do seu entorno (DANTAS, 2018).

O CHCG diferentemente do que ocorre na maior parte das grandes cidades brasileiras corresponde a principal centralidade urbana. A maior parte dos edifícios são ocupados pelo comércio, principalmente nos pavimentos térreos, acarretando grande dinâmica nessa região durante o horário comercial.

Dessa forma, justifica-se a escolha dos espaços livres públicos do CHCG, como área de estudo, por sua localização e inserção urbana estratégicas, além da intensa dinâmica urbana apresentada, o que constitui importante fator de atração populacional.

Esses espaços estão localizados no perímetro de tombamento do CHCG (Mapa 4). Apesar de existirem outros espaços públicos nesse perímetro, assim como as Praças João Rique, Alfredo Dantas, e Coronel Antônio Pessoa; foram escolhidas para a análise a Praça Clementino Procópio (7134 m²), a Praça da

Bandeira (3531 m²) e o Calçadão Cardoso Vieira (598 m²), em razão destas apresentarem peculiaridades imprescindíveis para o objetivo posto pela presente pesquisa (Ver Mapas 1,2 e 3).



Mapas 1, 2 e 3: Identificação e localização do objeto de estudo (Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira e Calçadão Cardoso Vieira). Fonte: Modificado a partir do mapa CAD disponibilizado pela SEPLAN.

Isto é, a Praça Clementino Procópio, a Praça da Bandeira e o Calçadão Cardoso Vieira, estão rodeados por importantes vias do centro da cidade, como pode ser visto no Mapa 5 (Av. Floriano Peixoto, Rua Marquês de Herval, Rua Venâncio Neiva, Rua Treze de Maio e Rua Maciel Pinheiro). Estas compreendem os principais eixos comerciais da cidade, portanto possuem uma atividade diária intensa de fluxo de pessoas e mercadorias.

Em decorrência da localização central e da quantidade de serviços oferecidos nas áreas estudadas, conforme identificado por Dantas (2018) (Mapa 6), constituem os espaços livres públicos mais vitais do Centro de Campina Grande. Como a pesquisa foi realizada em torno do estudo dos usuários dessas áreas, foi preciso analisar locais de permanência, com grande quantidade de usuários. Por essas razões, os outros espaços livres foram desconsiderados, já que constituem locais de passagem, com poucos ou sem nenhum equipamento de uso coletivo. Nesse sentido, vale aqui considerar o que afirma Gehl e Svarre (2013):

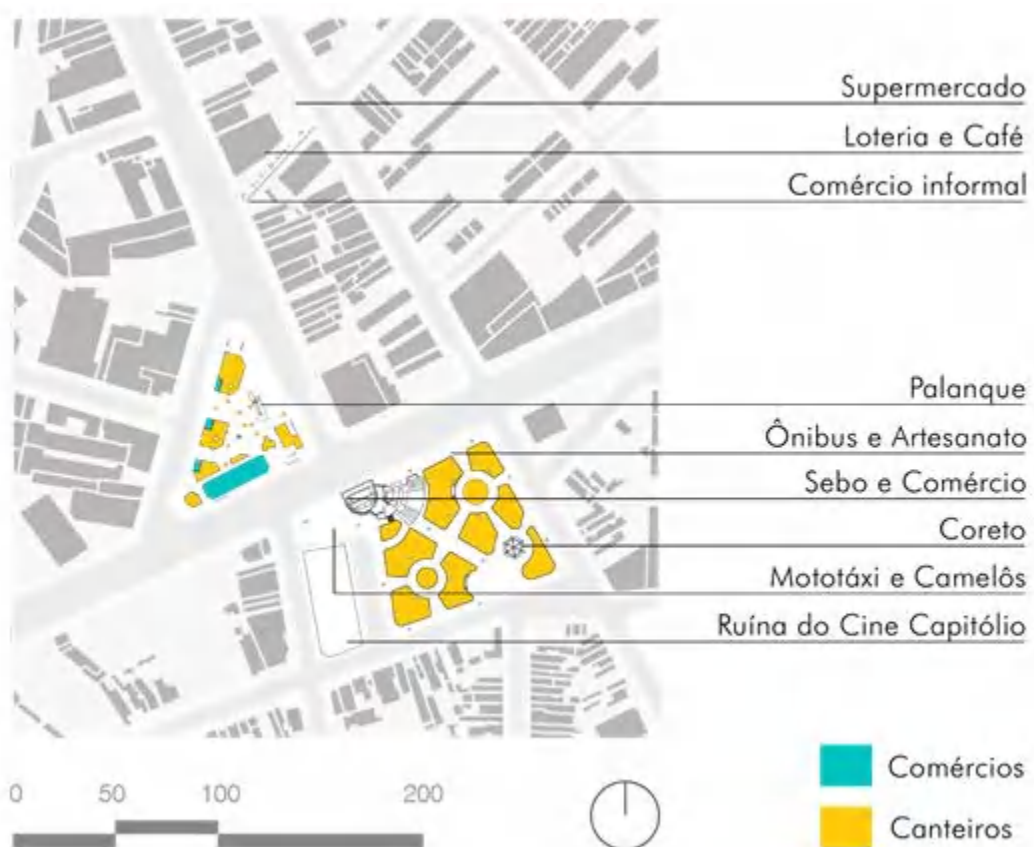
Se a área de estudo é uma vizinhança ou quadra, pode ser relevante para determinar onde as pessoas e as atividades são reunidos ou dispersos em maior ou menor grau. No nível da cidade isso pode significar registrar ou localizar numerosas funções, atividades, direção do fluxo de pedestres e lugares preferidos para ficar. (GEHL; SVARRE, 2013, p. 15)



Mapa 4: Delimitação do Centro Histórico de Campina Grande. Fonte: IPHAEP/PB.



Mapa 5: Planta de Coberta da Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira e Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Dantas (2018) e SEPLAN, modificado pela autora.



Mapa 6: Planta Baixa da Praça Clementino Procópio, Praça da Bandeira e Calçada Cardoso Vieira. Fonte: Dantas (2018) e SEPLAN, modificado pela autora.

A seguir são apresentados uma caracterização geral de cada um dos espaços analisados.

O Calçada Cardoso Vieira possui ipês-rosa que determinam a localização dos mobiliários existentes no local. As jardineiras e bancos em concreto armado são heranças de reformas passadas, assim como o piso, originalmente em pedra portuguesa e atualmente ladrilho hidráulico, tendo em vista a acessibilidade (DANTAS, 2018). Os mobiliários mais antigos são os postes de iluminação metálicos em formato de tritão, que datam de uma reforma realizada em 1982.

Por sua vez, os mobiliários urbanos contemporâneos seguem o padrão de urbanização da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Novos bancos, lixeiras e orelhões foram postos por todo o calçada durante os últimos anos. (DANTAS, 2018, p. 111)

Nas laterais do calçada é possível observar pontos comerciais, nos pavimentos térreos das edificações com três a quatro andares, em sua maioria, em que se misturam com o próprio espaço público (Figura 01), como o Café São

Braz, que sua fundação se confunde com a origem do calçadão. Além de se tratar de um importante lugar de memória para a cidade, como mostra Dantas (2018) em entrevistas realizadas no local, nas quais mais de 50% dos entrevistados frequentam o calçadão há mais de 25 anos.



Figura 01: Foto do Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Dantas (2018).

A Praça da Bandeira possui muitas árvores frondosas, rodeadas por extensos canteiros, que são utilizados como bancos pela população. Na última reforma pela qual a praça passou, a qual ocorreu em 2016, os canteiros foram revestidos por ladrilho e granito (Figuras 02 e 03). Essa reforma teve como base a acessibilidade do espaço. Desse modo a praça recebeu piso intertravado de concreto (anteriormente pedra portuguesa), piso tátil, nova iluminação e mobiliários como lixeiras.

Além disso, a Praça da Bandeira possui vários pontos comerciais, tais como duas bancas de revista tradicionais, que estão nesse espaço há décadas. Assim como o conjunto do Café Aurora com a Loteria Paraibana constituem espaços tradicionais da cidade. Esse local também recebe várias atividades socioculturais,



Figura 02: Foto da Praça da Bandeira. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.



Figura 03: Foto da Praça da Bandeira. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

A Praça Clementino Procópio possui uma grande área de extensão, com grandes canteiros em alvenaria revestidos em pedra, e muitas árvores frondosas que sombreiam quase que completamente toda a extensão da praça, durante o dia inteiro. Além disso, a praça possui carência de mobiliário urbano e o pouco que existe está em condição precária.

O espaço contém um coreto, que é bastante utilizado para atividades culturais e religiosas. No entanto, seu maior uso se dá na fachada da Av. Floriano Peixoto, onde existe um dos principais pontos de ônibus da cidade e vários pontos de comércio informal. Bem como, o espaço possui um estacionamento, ponto de mototáxi, uma edificação para venda de livros usados e um edifício em ruína, o antigo Cine Capitólio.



Figuras 4 e 5: Foto da Praça da Clementino Procópio. Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

2.2 Contextualização histórica

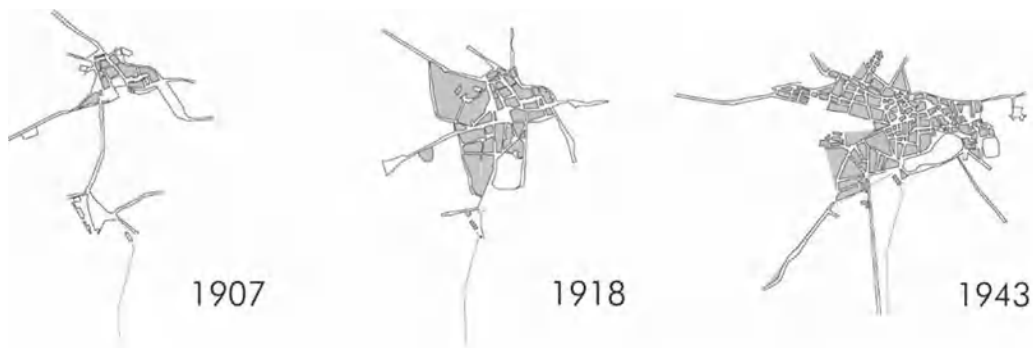
A Praça da Bandeira, a Praça Clementino Procópio e o Calçadão Cardoso Vieira, estão inseridas no Centro Histórico de Campina Grande (Mapa 2). O mesmo foi instituído pela lei municipal Nº 3.721/1999 que cria a Zona Especial de Preservação I, pertencente ao seu centro comercial urbano e dentro do perímetro de tombamento proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) por meio do decreto nº 25.139/2004.

A cidade de Campina Grande, que teve sua origem num pequeno povoado no fim do século XVII, chega ao final do século XIX como principal polo comercial do estado (CÂMARA, 1947, p. 79 apud QUEIROZ, 2008, p. 23). Assim como nos meados de sua fundação, ele continua sendo utilizado como principal polo comercial do município.

Isto é, ao invés da ausência e abandono, como acontece em diversos centros das cidades brasileiras, em Campina Grande a mutilação do patrimônio se dá mais marcante devido à voracidade e necessidade de progresso das relações comerciais, que engolem os casarões, palacetes, prédios e monumentos. (SOUSA E ANJOS, 2018, p. 07)

O Centro Histórico de Campina Grande sofreu diversas transformações, desde sua origem até os dias atuais e segundo Camilo (2013), as primeiras tentativas de urbanização da área se deram no governo de Lafayette Cavalcanti (1929-1932), onde houve o início da construção do calçamento da cidade.

A característica orgânica do centro urbano da cidade permaneceu até 1935 (Mapas 7, 8 e 9), no mandato do prefeito Antônio Pereira Diniz (1934-1935), que



Mapas 7, 8 e 9: Evolução esquemática da malha urbana da cidade 1907-1943. Fonte: Queiroz (2009), adaptado por Dantas (2018).

criou novas vias para a circulação de veículos, com a desapropriação de vários casebres, casarões, armazéns, igreja e tudo que fosse de encontro à urbe moderna (SOUSA, 2001).

Campina Grande, na época, passava por um profundo processo reformador de coisas e pessoas, em consonância com todos os esforços para anexar o Brasil à rede do capitalismo internacional, para torná-lo civilizado, urbano, industrial e moderno. O lema higienizar, circular e embelezar guiou intervenções sobre a estrutura física do município, com o intuito de distanciá-lo do aspecto colonial que dominava a cena urbana até as primeiras décadas do século XX. (QUEIROZ, 2010, p. 35)

Nesse contexto, Campina Grande passa por uma reforma urbana para virar uma cidade industrial, por meio da abertura de vias para circulação automobilística. Foram demolidos e desapropriados mais de uma centena de edifícios, para dar lugar a construções no estilo art déco.

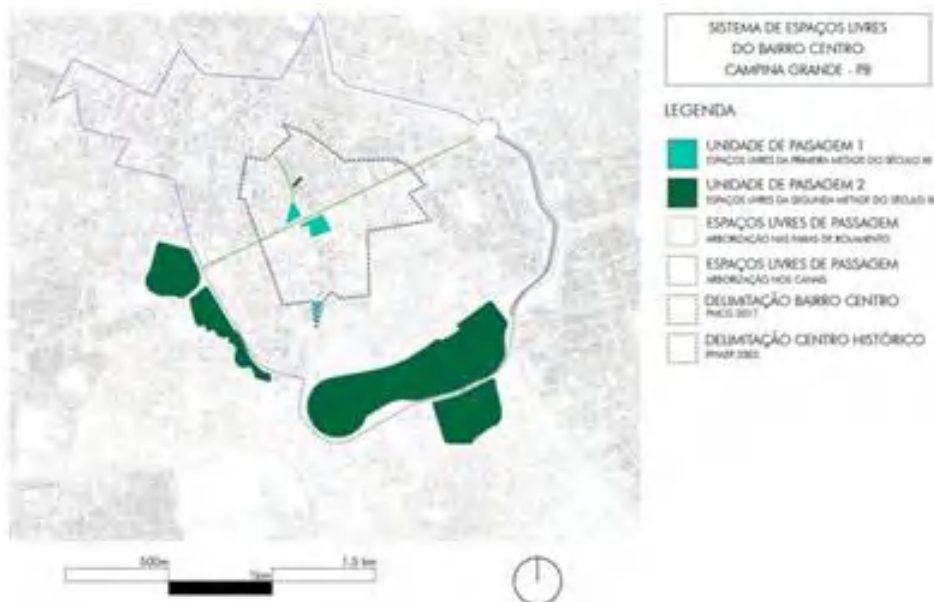
Assim, em meados do século XX, Campina Grande tinha constituído um patrimônio art déco numeroso e significativo, erguido em áreas de expansão urbana ou substituindo uma considerável parcela dos antigos edifícios de herança colonial que predominavam na região central. (QUEIROZ, 2010, p. 37)

Até a década de 1970, o município não passou por modificações significativas, diante da crise econômica experimentada durante o período dos governos militares. Já nos anos 1970 ocorre um novo ciclo de modernização impulsionado por políticas nacionais de urbanização e industrialização, do interventor militar Luiz Motta Filho, que trouxe para Campina Grande o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).

Durante o desenvolvimento do Plano Integrado [PDLI], mais se impôs a medida de dotar a cidade de equipamentos de recreação e cultura: tendo já como medida de ação imediata, a urbanização da área compreendida entre o Açude Novo, Açude Velho e o Estádio Municipal. (CAMPINA GRANDE, 1973, p. 31)

Nesse contexto, a Companhia de Pró-desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA), chefiada pelo arquiteto Renato Azevedo, fica à frente dos projetos urbanísticos do Centro, bem como cria o Sistema de Espaços Livres da área central da cidade (Mapa 10).

Durante a década de 1990, novamente seguindo uma tendência nacional, dessa vez de revitalização dos centros históricos brasileiros, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEPLAN) inicia o Projeto Campina Déco. Segundo



Mapa 10: Caracterização do Sistema de Espaços Livres do Centro de Campina Grande.
Fonte: Dantas (2018).

Rossi (2010), o projeto constou de definição de abrangência, leis de isenção fiscal e preservação estilística, licitação para obras de infraestrutura de redes (retirada de fiação aérea e postes de concreto, projetos elétrico, hidráulico, telefônico, de pavimentação e calçadas), retirada de todos os revestimentos das fachadas (coberturas em Luxalon) e posterior análise das marquises pela Defesa Civil, realocação de mais de 800 ambulantes com a criação de mercados próprios (Arccas), redefinição de estacionamentos, mobiliário urbano, acesso de cadeirantes, etc. Como não era possível obter as cores originais das fachadas, em prol do aspecto chamativo do local, foram utilizadas cores vibrantes nos imóveis.

A seguir são apresentados uma caracterização geral de cada um dos espaços analisados.

Durante o mandato do prefeito Evaldo Cruz, no início da década de 1970, a equipe de Renato Azevedo propõe a criação do Calçadão Flórida - depois Calçadão Jimmy Oliveira, e hoje popularmente conhecido como Calçadão Cardoso Vieira -, entre as ruas Marquês de Herval e Venâncio Neiva (Figura 04). Dessa forma, Campina Grande seria uma das primeiras cidades do país a adotar em seu planejamento urbano a vida pedestrianizada como espaço público democrático.



Figura 06: Calçadão da rua Cardoso Vieira (década de 1980). Fonte: Bloggretalhos.

Posteriormente, na administração de Enivaldo Ribeiro em 1982, há uma nova reforma em que o calçadão se estende até as ruas Sete de Setembro e Maciel Pinheiro, com o intuito de transformar o local em ponto de lazer e turismo. Desse modo, as principais vias comerciais do centro passaram a ser pedestrianizadas, o que acarretou uma grande quantidade de comércio informal.

Na década seguinte, durante a gestão do prefeito Félix Araújo Filho (1993-1997) há uma redução do Calçadão, que passa a configurar a forma que se encontra até os dias atuais, se restringindo a rua Cardoso Vieira. Dessa forma, grande parte do Centro Histórico que era destinada exclusivamente aos pedestres, passa a ser destinada para os automóveis. “Todavia, a porção original de 1975 do Calçadão da Cardoso Vieira foi preservada, em detrimento ao seu valor para a cidade de Campina Grande” (DANTAS, 2018, p. 87). Espaços como o Edifício Lucas e o Café São Braz, estão no calçadão desde sua fundação.

Os espaços destinados às praças da Bandeira e Clementino Procópio existem na malha urbana da cidade desde o início do século XX, quando em 1907 existiam na cidade dois largos ao lado da Igreja do Rosário, que posteriormente foi demolida (Figura 07). “O largo ao sul da igreja correspondia ao espaço hoje

destinado a Praça Clementino Procópio e o largo ao norte correspondia ao espaço hoje destinado a Praça da Bandeira” (CARDINS; DANTAS; SOUSA, 2017, p. 06).



Figura 07: Trecho do mapa da malha urbana de Campina Grande em 1907 (14 - Área da atual Praça da Bandeira; 15 - Área da atual Praça Clementino Procópio). Fonte: Queiroz (2008), modificado pela autora.

A Praça da Bandeira foi construída em 1938, pelo prefeito Bento Figueiredo com o nome original de Praça Índios Carirys. Ela constitui um dos principais marcos da área central da cidade, diante de sua localização estratégica e das importantes vias que a rodeiam (Mapa 5).

Esse espaço passou por diversas transformações ao longo do tempo, originalmente possuía uma morfologia triangular simples, com formas geométricas e pouca vegetação (Figura 06). Durante o “bota abaixo” de Vergnaud Wanderley, ocorreu sua primeira reforma, com a demolição da Igreja do Rosário (Figura 08) e alargamento da Av. Floriano Peixoto.

Na reforma de Vergnaud foram implementados elementos do estilo Art Déco na praça, como um lago em meia lua e uma estátua do artista Abelardo da Hora chamada de “A Samaritana”. Além do que, é possível observar um traçado bem mais orgânico nos planos de piso e pouco (ou quase nenhum) plano de copa na vegetação. (CARDINS; DANTAS; SOUSA, 2017, p. 10)

Sua segunda reforma ocorreu nos anos 1950, realizada pelo então prefeito Elpídio de Almeida, em que implementou-se características mais voltadas ao modernismo. Assim, o traçado passou a ser mais retilíneo, foi adicionada uma

grande massa arbórea e instalada a estátua de Juscelino Kubitschek.

Em 1985 a praça passa por mais uma reforma, realizada pelo então prefeito Ronaldo Cunha Lima, que modificou todas as suas características novamente, tais como piso, mobiliário urbano e iluminação.



Figura 08: Praça da Bandeira em seu estado original. Fonte: Bloggretalhos.

Sua última e mais recente reforma ocorreu em 2016, realizada pelo atual prefeito Romero Rodrigues, mesmo embargada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP). Atualmente não há elemento original de 1938 na praça (Figura 09).

Já a Praça Clementino Procópio foi construída na década de 1930, pelo então prefeito Bento Figueiredo, sendo um dos primeiros espaços livres públicos da cidade. Atualmente é conhecida por “Praça dos Híppies”, diante da grande quantidade de comércio informal de artesanato hippie que existe no local.

Possui uma topografia levemente acidentada, o que possibilita o coreto em seu topo, característica que permanece até a atualidade, em seu conceito original.



Figura 09: Imagem da Praça da Bandeira após a Reforma de 2016. Fonte: <http://www.wscom.com.br/>, 2019.



Figuras 10 e 11: Praça Clementino Procópio originalmente e o seu entorno compreendido pelo Cine Capitólio e a Igreja do Rosário. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande MHCG.

Nas Figuras 10 e 11 pode ser vista a Igreja do Rosário, que foi demolida da reforma urbana do “bota abaixo”.

A primeira descaracterização ocorreu nos anos de 1930, na primeira reforma urbana de Campina Grande, em que o coreto foi trocado por um espelho d’água. A praça foi ampliada durante a gestão do prefeito Elpídio de Almeida (1947-1951) (Figura 12), em que foi implantada uma grande massa arbórea e um novo coreto foi construído. Sua última reforma ocorreu em 1985, na gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima, até os dias atuais ela permanece com as mesmas características.

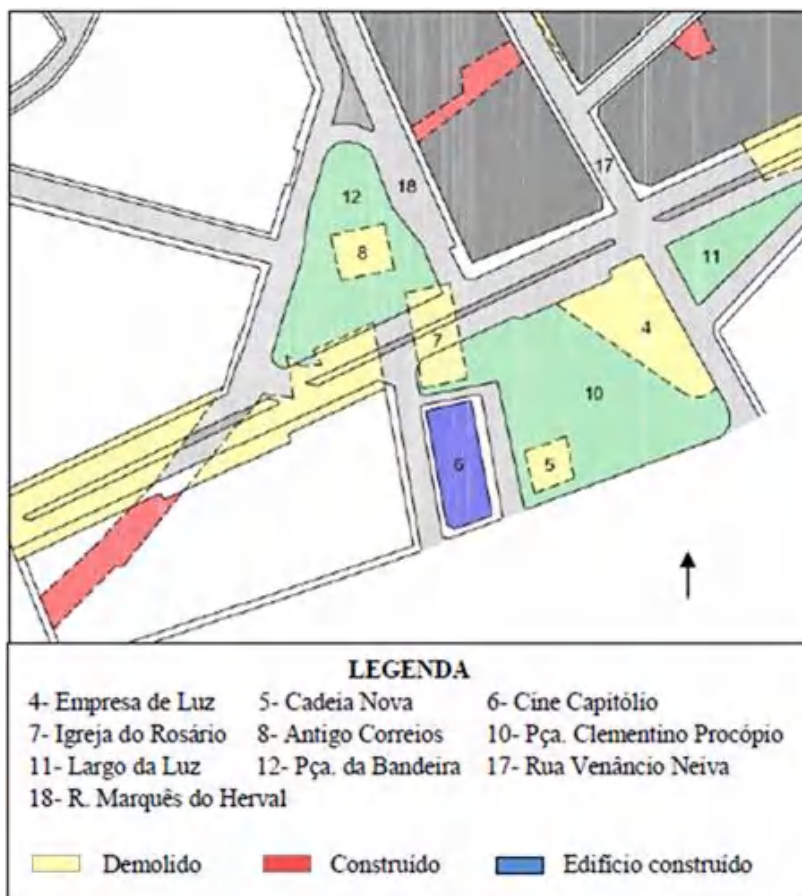


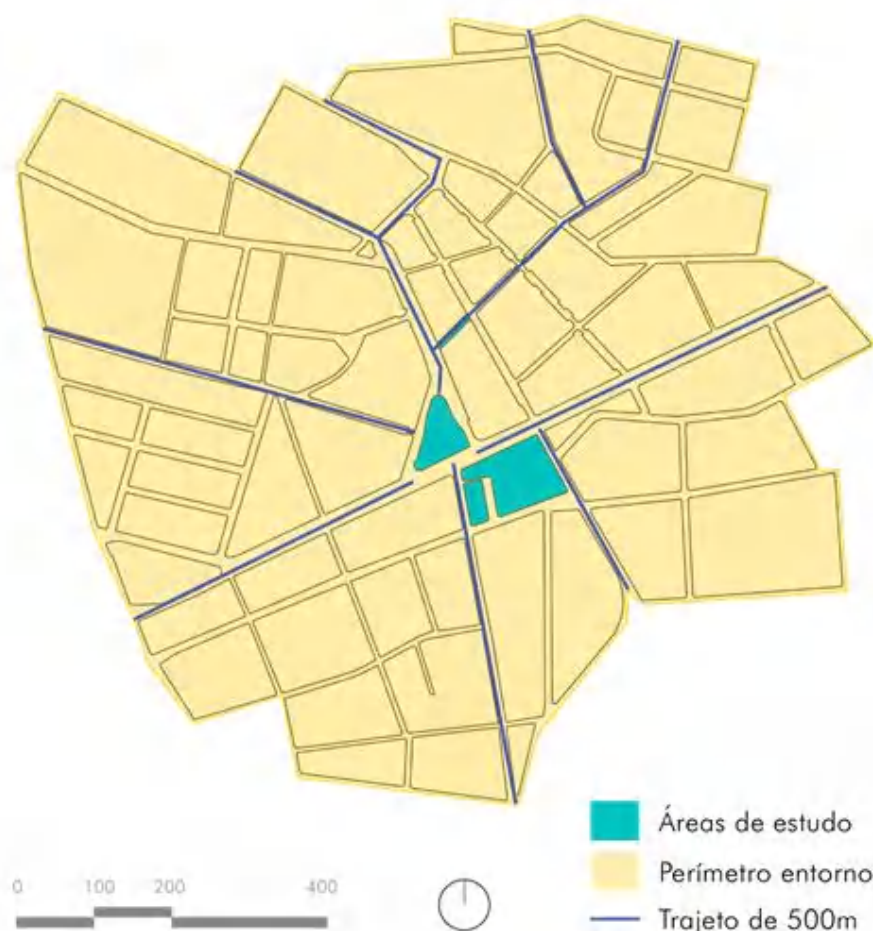
Figura 12: Centro de Campina Grande após projeto “bota abaixo”. Fonte: Queiroz (2008), modificado por Souto (2017).



Figura 13: Praça Clementino Procópio após a reforma de 1985. Fonte: Cícero Romão, 2017.

2.3 Caracterização do entorno

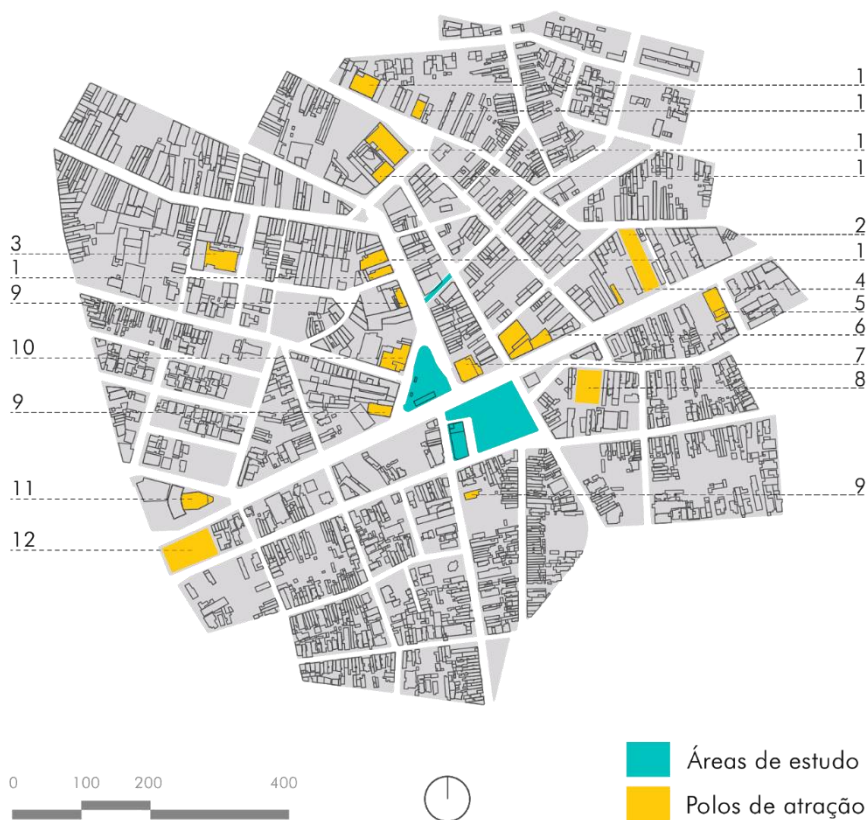
O perímetro de entorno foi estabelecido considerando um trajeto de 500 m, tendo como ponto de partida a Praça Clementino Procópio, a Praça da Bandeira e o Calçadão Cardoso Vieira; ramificando para as ruas adjacentes (Mapa 11). Essa definição foi baseada na metodologia utilizada por Gomes (2017), que considera essa distância como “comumente utilizada em trabalhos que exploram a influência dos espaços públicos, priorizando a capacidade de locomoção de um pedestre, sem auxílio de outros meios de transportes” (GOMES, 2017, p. 39).



Mapa 11: Definição da poligonal de entorno da área de estudo, a partir de um trajeto de 500m. Fonte: SEPLAN, modificado pela autora.

A área de entorno faz parte do Centro Histórico de Campina Grande, assim como do centro comercial. Essa localização acaba influenciando na oferta de serviços muito alta nessa região, a presença de importantes equipamentos

alta nessa região, a presença de importantes equipamentos urbanos, tais como bancos, hospitais, escolas, entre outros. (Mapa 12)



Mapa 12: Caracterização do entorno. 1: Bancos. 2: Arcca (feira). 3: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. 4: Museu Histórico de Campina Grande. 5: Catedral de Campina Grande. 6: Centro Público de Saúde Dr. Francisco Pinto de Oliveira. 7: Shopping Centro Edson Diniz “camelôs”. 8: Shopping Cirne Center. 9: Escolas Secundaristas. 10: Agência dos Correios. 11: Teatro Municipal. 12: Hospital Geral de Campina Grande (CLIPSI). Fonte: SEPLAN, modificado pela autora.

2.3.1 Uso do solo

O mapa de usos do solo (Mapa 13) mostra pouca diversidade no entorno da área de estudo, a maioria das quadras possuem predominantemente uso comercial/serviço e misto. Isso prova o caráter de centralidade comercial desta região e delimita as áreas livres como marcantes na morfologia urbana. Como também, o Mapa 13 mostra que ao se afastar do Centro, há uma diminuição nessa predominância de atividade comercial, aumentando o uso misto e o residencial. Dessa forma, comprovando a importância dos espaços livres escolhidos estarem nessa zona de atração.



Mapa 13: Usos do solo do entorno (predominância por quadra). Fonte: Disciplina de Estudos Urbanos e Regionais IV do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG (2017), modificado pela autora.

2.3.2 Fluxos

Como a acessibilidade aos espaços livres influencia diretamente na pesquisa, o estudo do fluxo viário da área se fez necessário. Em consequência de sua localização central, as Praças Clementino Procópio e da Bandeira e o Calçadão Cardoso Vieira, são rodeados por vias importantes de cidade, que possuem um tráfego intenso. Com destaque para a Av. Floriano Peixoto (via arterial no Mapa 14), que perpassa vários bairros, interligando o restante da cidade ao Centro.

Dessa forma, a área estudada possui em seu entorno fácil acesso por meio de veículos. No entanto, esse forte tráfego, em alguns casos, pode dificultar o acesso de pedestres. A morfologia orgânica e o grande número de vias locais demonstram o caráter histórico da área.



Mapa 14: Eixos de hierarquia viária. Fonte: PMCG, modificado pela autora.

2.3.3 Índice de Renda

O índice de renda (Mapa 15) revela que a área possui padrões médio e alto, isto é, a população que reside nesse local possui alto poder aquisitivo. O que se justifica que consolidação histórica do local, por sua centralidade e localização privilegiada. Esses dados revelam uma elitização desses espaços, o que se reflete na forma como as pessoas vivem no local, por exemplo, podem consumir e utilizar bastante os comércios da área.



Mapa 15: Índice de Renda [Média ponderada das faixas de rendimento nominal médio, em salário mínimo, das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (SILVA e BARROS FILHO, 2014)]. Fonte: SEPLAN, utilizando dados de SILVA e BARROS FILHO (2014), modificado pela autora.

APROPRIÇÃO DO ESPAÇO

3

3.1 Teste sistemático

3.2 Resultados e análises

3.2.1 Contagem

3.2.2 Fluxos

3.2.3 Estudo comparativo

Diante da carência de estudos similares e por se abranger de três grandes áreas, surgiu a necessidade de especificar a cronologia dos estudos em campo. Desse modo, inicialmente, foi realizado um teste sistemático nas áreas estudadas, no intuito de constatar o tempo necessário para a realização do estudo, construir um repertório base e finalizar a metodologia.

Assim, a metodologia de análise foi definida de acordo com a realização do teste sistemático e, a partir disso, os diários de campo foram finalizados e os métodos de análise definidos.

3.1 Teste sistemático

Em razão da área de estudo corresponder a principal centralidade urbana de Campina Grande, como apresentado anteriormente, a dinâmica do local funciona de acordo com o horário comercial. Consequentemente, nos períodos divergentes – tais como da noite, domingos e feriados – os usos e apropriações são mais reduzidos, isto é, quando não há comércio funcionando o número de pessoas utilizando os espaços livres é afetado.

Em virtude disso, foi escolhido um dia de semana (sexta-feira) para fazer o teste sistemático da metodologia, em um horário que não fosse intervalo (como fim de expediente ou almoço), ou seja, no meio turno, que neste caso foi o período da tarde, de forma que os espaços estivessem sendo utilizados em sua plenitude.

3.1.1 Praça da Bandeira (15:30 às 16:00)

A Praça da Bandeira foi inicialmente observada como um local com uma dinâmica diversa, tanto de atividades quanto de etnia, gênero e faixa etária. Na Figura 14 é possível observar uma grande quantidade de pessoas sentadas no mobiliário urbano, sejam canteiros ou bancos, e indivíduos consumindo, principalmente na lotérica e no Café Aurora. Também é perceptível a maioria de usuários do gênero masculino.

Com relação aos fluxos dos indivíduos que estavam transitando no local, na

Figura 15 destacam-se as margens e o fluxo em direção à Av. Getúlio Vargas, bem como que existe uma maioria de pessoas brancas passando pela Praça da Bandeira em detrimento de pessoas negras, sejam pardas ou pretas.

Data da observação: 26/04/2019

Temática observada: Apropriação na Praça da Bandeira, Campina Grande, PB

Turno da observação: ○ manhã ○ almoço ● tarde



Figura 14: Diário de campo com mapeamento da contagem de pessoas se apropriando da Praça da Bandeira. Fonte: Acervo próprio.

Data da observação: 26/04/2019

Temática observada: Apropriação na Praça da Bandeira, Campina Grande, PB

Turno da observação: ○ manhã

○ almoço

● tarde

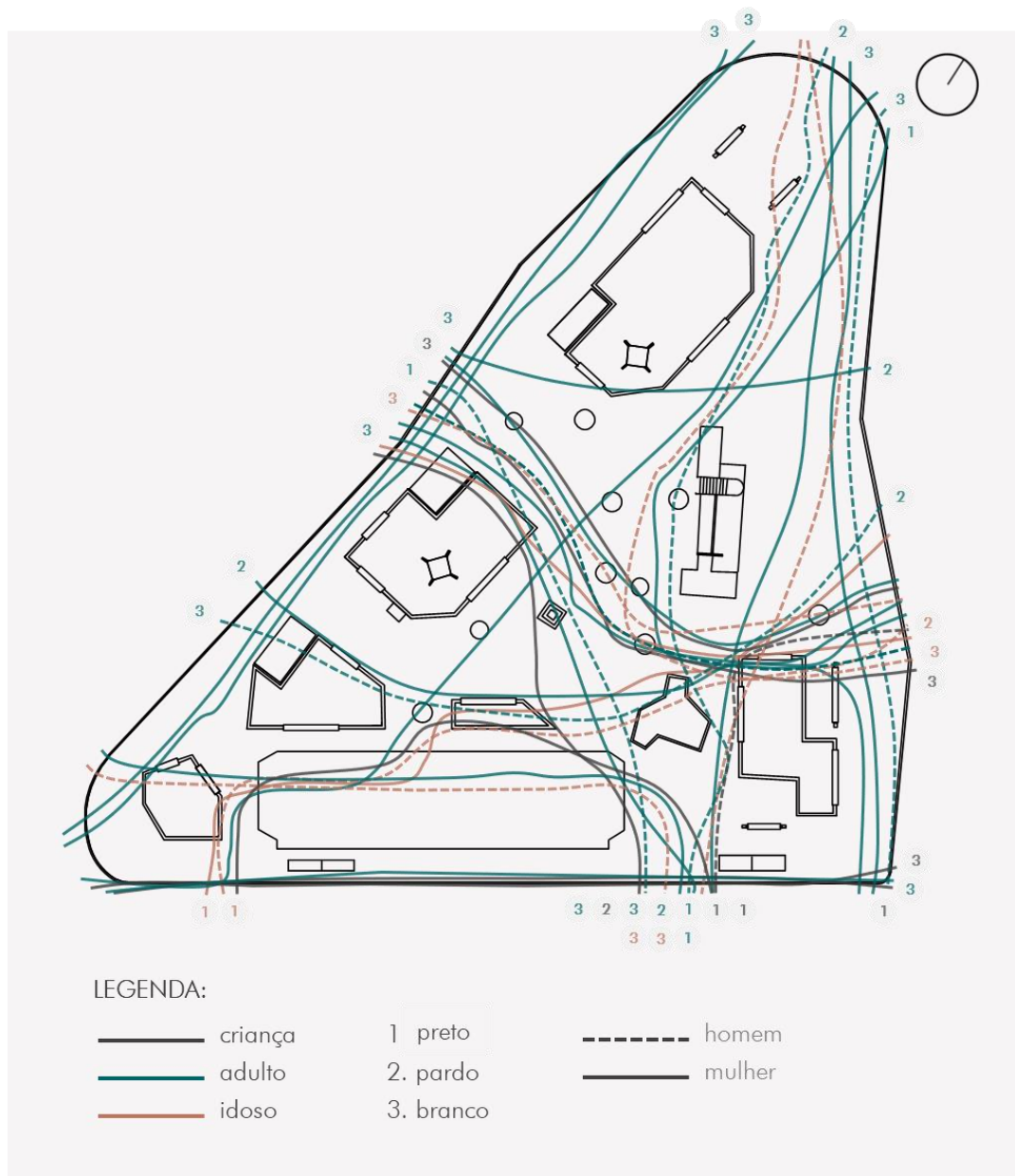


Figura 15: Diário de campo com mapeamento do fluxo de pessoas na Praça da Bandeira. Fonte: Acervo próprio.

3.1.2 Calçada Cardoso Vieira (16:00 às 16:30)

No Calçada Cardoso Vieira é possível observar a mesma tendência à utilização do espaço de acordo com o mobiliário urbano, como pode ser visto na Figura 16. Nesse primeiro contato foi perceptível a grande quantidade de homens idosos que utilizam esse local como espaço de convivência, do mesmo modo que o fluxo de pessoas é bastante intenso, embora se trate, além de um espaço de passagem, de um espaço de permanência.

Em relação aos fluxos, na Figura 17 é possível observar que eles são bastante retilíneos e direcionados, dada a sua forma e característica de via pedestrianizada. Porém, a localização desses fluxos é determinada pela presença ou não de mobiliário urbano e há uma maior quantidade de mulheres transitando do que convivendo nesse local (comparando as Figuras 16 e 17).

Assim como na Praça da Bandeira, existe uma maioria de pessoas brancas passando pelo Calçada Cardoso Vieira (Figura 17), em detrimento de pessoas negras, sejam pardas ou pretas - estas existem poucas.

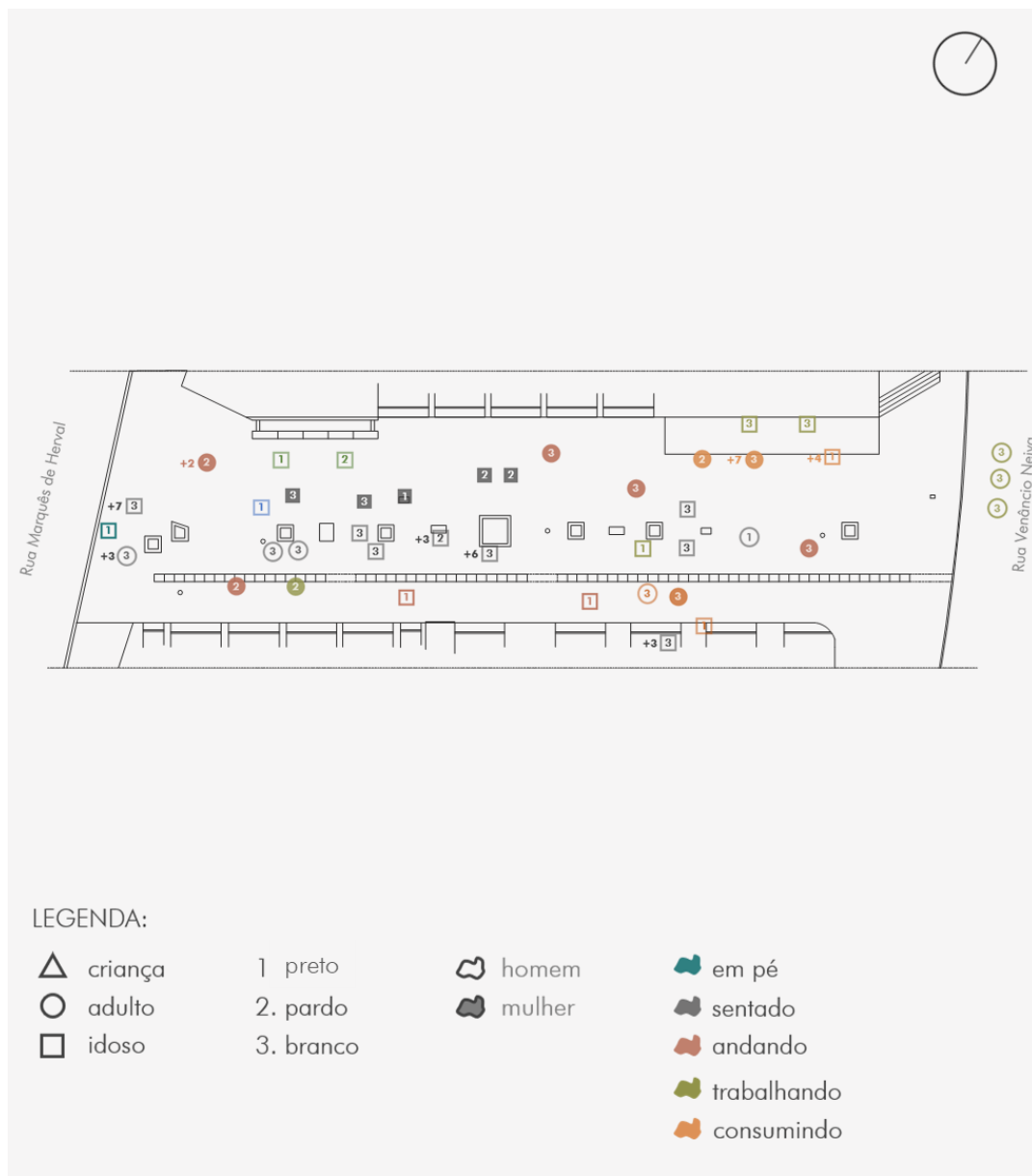
Data da observação: 26/04/2019

Temática observada: Apropriação Calçadão Cardoso Vieira, Campina Grande, PB

Turno da observação: ○ manhã

○ almoço

● tarde



Anotações:

Local de grande fluxo de pessoas, principalmente como local de passagem.

Grande quantidade homens brancos idosos visualmente.

Muito uso dos pontos comerciais.

Figura 16: Diário de campo com mapeamento da contagem de pessoas se apropriando do Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Acervo próprio.

Data da observação: 26/04/2019

Temática observada: Apropriação no Calçadão Cardoso Vieira, Campina Grande, PB

Turno da observação: manhã

almoço

tarde

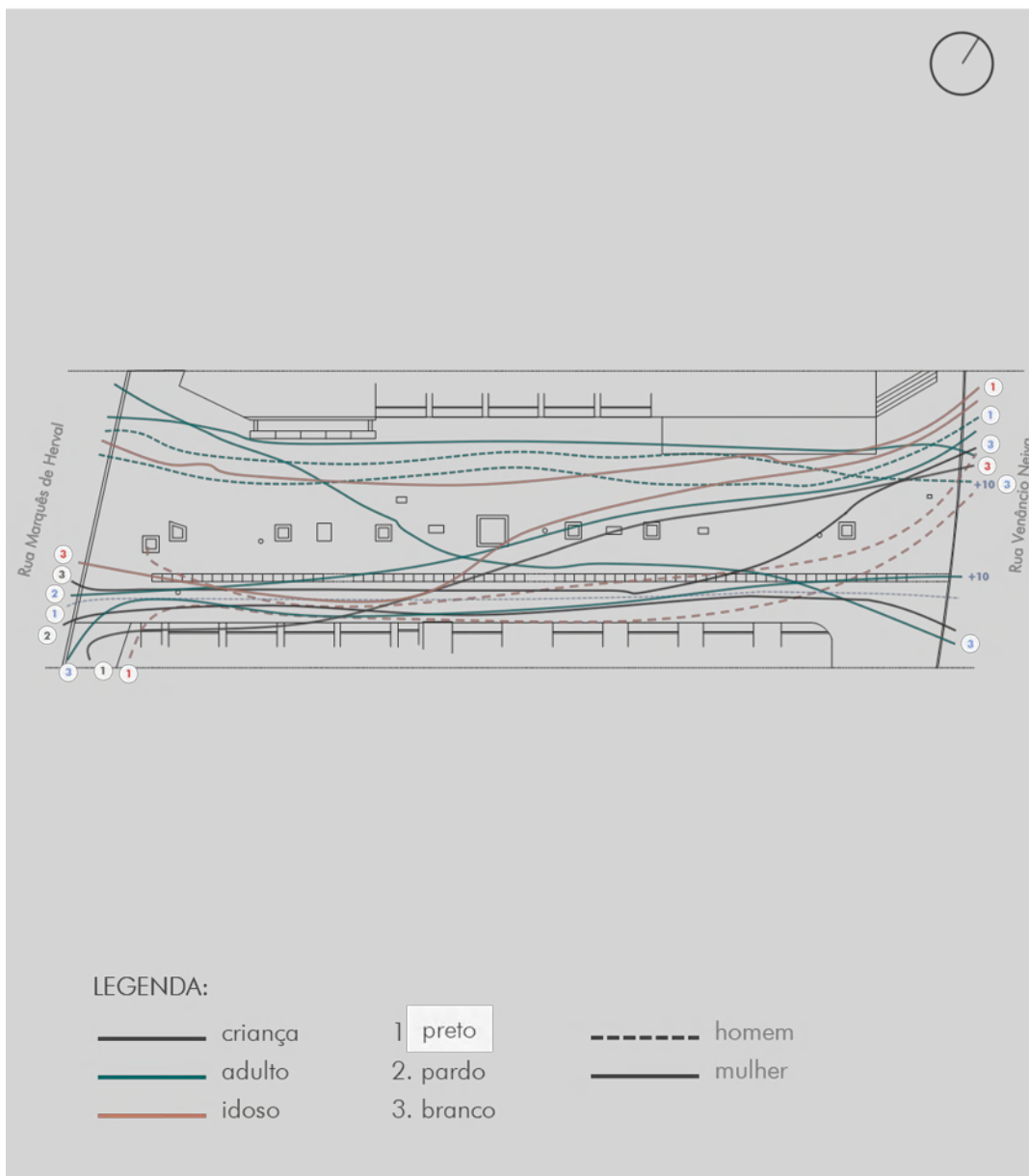


Figura 17: Diário de campo com mapeamento do fluxo de pessoas do Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Acervo próprio.

3.1.3 Praça Clementino Procópio (16:30 às 17:00)

A percepção da Praça Clementino Procópio foi a mais distinta entre os espaços livres públicos estudados. Talvez por se tratar de um local com grande extensão territorial, possui muitas áreas com pouca utilização e algumas com usos específicos bastante dinâmicas. Como pode ser visto na Figura 18, existem certos locais com concentração de usuários, principalmente próximo a Av. Floriano Peixoto, enquanto outras grandes áreas, via de regra, estão desocupadas.

Com relação aos fluxos, na observação em campo foi possível perceber uma tendência de passagem pelas bordas da praça, principalmente na Av. Floriano Peixoto e na Rua Treze de Maio. É certo que existe fluxo passando pelo interior desse espaço livre público, mas ele é visivelmente inferior ao de pessoas que passam pelas extremidades.

Neste caso, apesar de existir uma maioria de pessoas brancas passando pela praça (Figura 19), há uma certa proporção entre brancos e negros, de modo a ser pequena a diferença entre ambas etnias. Além do que, comparando as Figuras 18 e 19, é possível perceber que não há pretos transitando na praça, mas há vários parados, principalmente trabalhando.

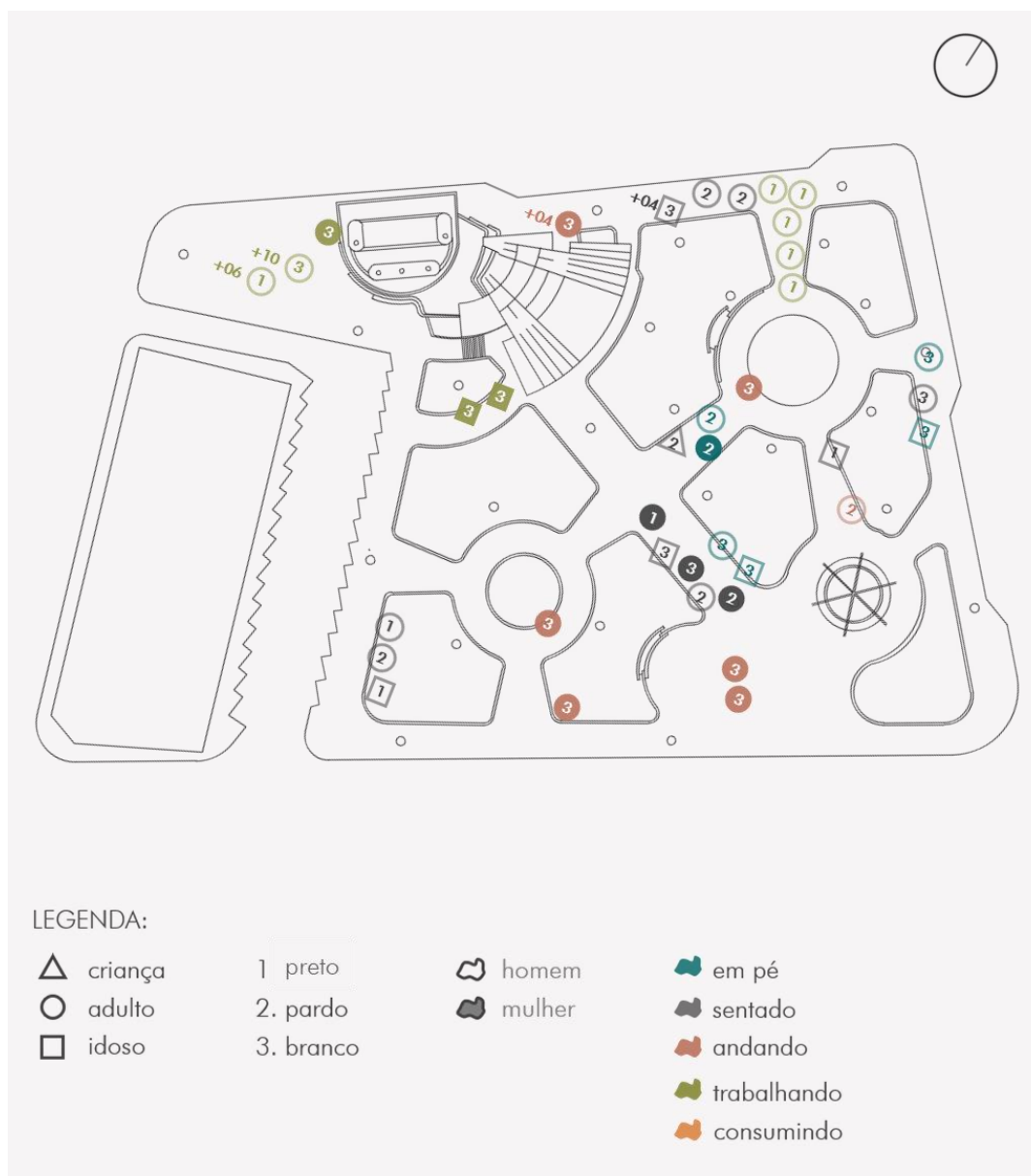
Data da observação: 26/04/2019

Temática observada: Apropriação na Praça Clementino Procópio, Campina Grande, PB

Turno da observação: ○ manhã

○ almoço

● tarde



Anotações:

Grandes áreas sem utilização.

Local com pouca convivência, a maioria das pessoas usam para atividades comerciais, religiosas e ponto de ônibus.

Figura 18: Diário de campo com mapeamento da contagem de pessoas se apropriando da Praça Clementino Procópio. Fonte: Acervo próprio.

Data da observação: 26/04/2019

Temática observada: Apropriação na Praça Clementino Procópio, Campina Grande, PB

Turno da observação: ○ manhã

○ almoço

● tarde

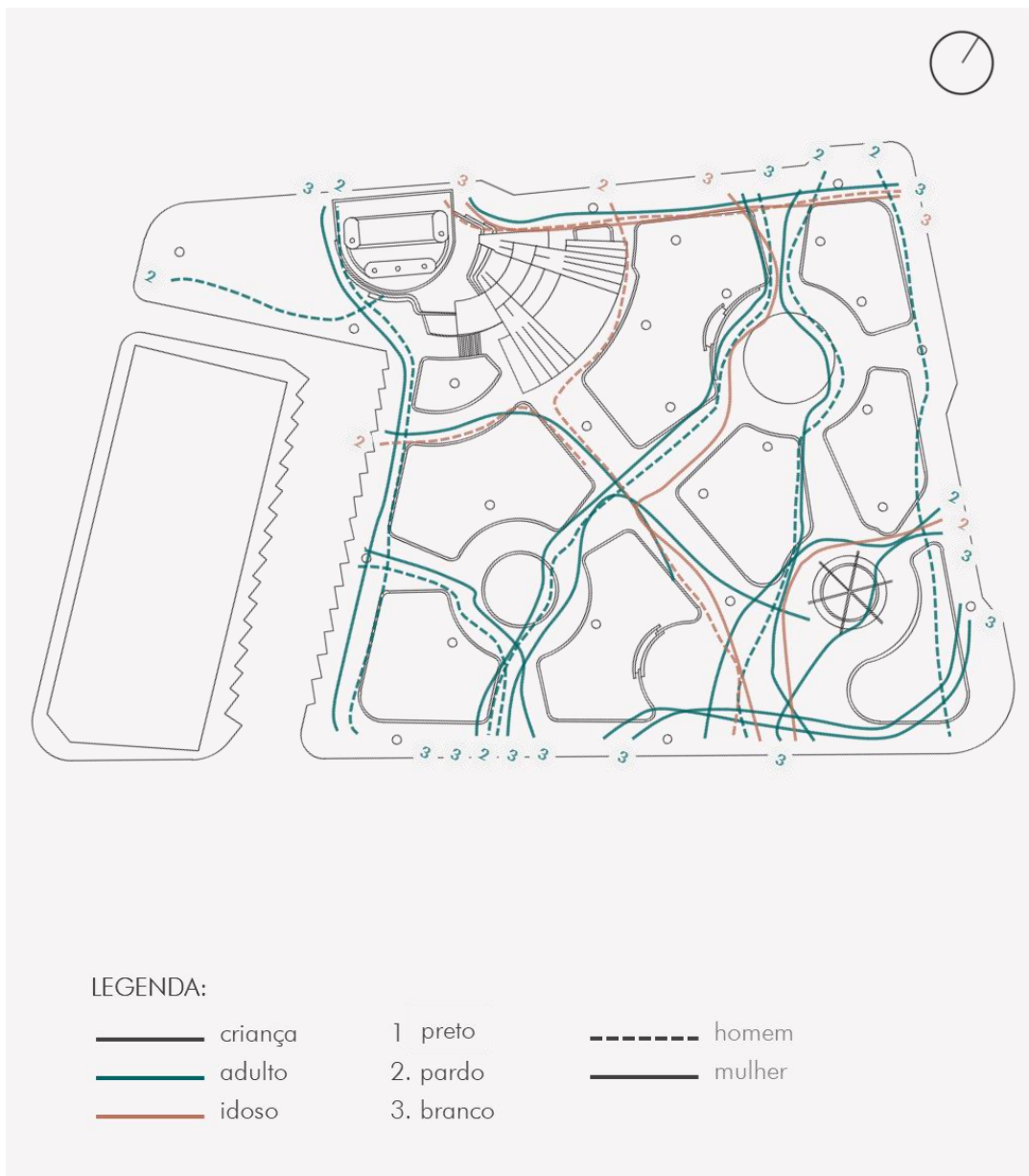


Figura 19: Diário de campo com mapeamento do fluxo de pessoas da Praça Clementino Procópio. Fonte: Acervo próprio.

3.2 Resultados e análises

A partir do teste sistemático foi possível determinar o cronograma de estudos a serem realizados. Portanto, de acordo com o tempo que foi necessário para a pesquisa em cada área, foi destinado 30 minutos para cada período de observação e coleta de dados. Também foram escolhidos horários que potencialmente tivessem apropriações diferentes: início da manhã, por ser o horário de chegada dos trabalhadores; horário de almoço, pela dinâmica dos restaurantes e demais serviços de alimentação; meio da tarde, por ser o horário com maior número de consumidores.

Vale salientar que a dinâmica que ocorre durante os cinco dias da semana é semelhante, não existindo aspecto algum que influencie nas análises em dia específico. Por esse motivo a pesquisa não foi realizada nos sete dias da semana, tendo sido escolhidos dois dias da semana (segunda e quarta) e no final de semana apenas o sábado, uma vez que no domingo não há funcionamento do comércio. O sábado teve um tratamento distinto, já que nesse dia o comércio funciona apenas no período da manhã, de modo que os horários de observação à tarde não foram considerados.

Segunda e Quarta:

Primeira coleta: Área 1 - 8hs; Área 2 - 8:30hs; Área 3 - 9hs (início da manhã)

Segunda coleta: Área 1-12hs; Área 2 - 12:30hs; Área 3 - 13hs (horário de almoço)

Terceira coleta: Área 1-15:00hs; Área 2-15:30hs; Área 3-16:00hs (meio da tarde)

Sábado:

Coleta única: Área 1 - 9:30hs; Área 2 - 10hs; Área 3 - 10:30hs (meio da manhã)

Com a realização do teste sistemático foi possível observar quais eram as melhores formas de analisar os espaços de estudo por meio dos diários de campo. Dessa forma, a legenda foi modificada trocando os ícones do uso pelos da etnia - ficando para a mesma as cores - que era o principal ponto a ser analisado e precisava estar em destaque, tanto para a contagem quanto para os fluxos. Assim,

os fatores que seriam considerados na análise final ficaram com maior ênfase.

A partir da coleta de dados, os resultados e análises foram organizados separadamente entre as pesquisas de contagem e de fluxos. De forma que foram analisados e sintetizados os dados de cada espaço separadamente, fazendo suas considerações de acordo com suas especificidades. Por fim, as análises dos três espaços foram comparadas, de acordo com os dados coletados, ao referencial e a leitura urbana dos capítulos 1 e 2.

3.2.1 Contagem

A etapa da contagem foi realizada nas áreas estudadas, mapeando a forma como as pessoas se apropriavam desses espaços, de modo que foi possível mapear a faixa etária, etnia, gênero e atividade realizada pelo usuário no momento de observação, como pôde ser visto nos diários de campo do teste sistemático.

Diante da grande produção de mapas e dados, foi preciso sintetizar os resultados obtidos nas pesquisas. Dessa forma, as análises foram divididas por espaço de estudo - Calçada Cardoso Vieira, Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio -, já que cada área possui suas especificidades. Sendo assim, o primeiro passo para cada espaço estudado foi um reconhecimento dos padrões de ocupação e apropriação, de acordo com o uso percebido nas visitas *in loco*, produzindo o primeiro mapa síntese.

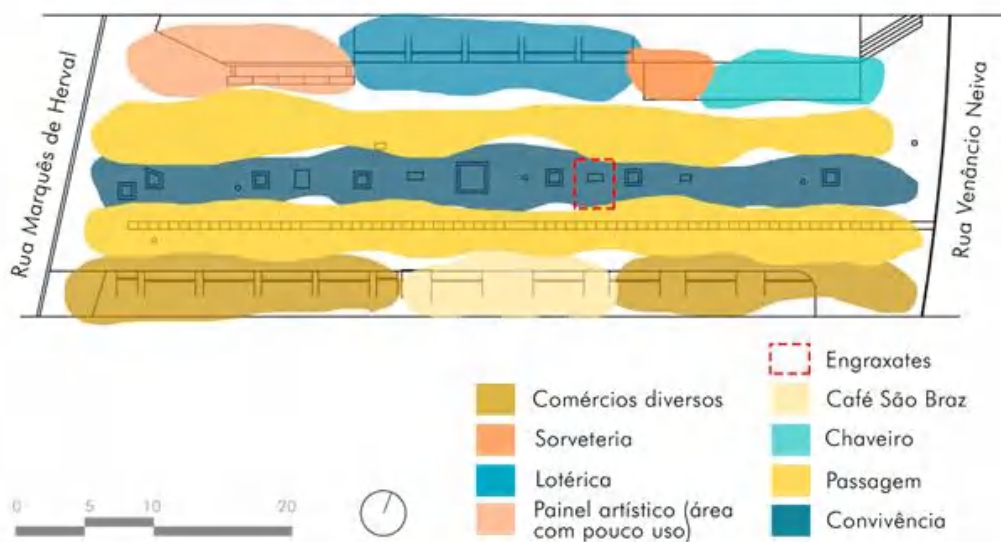
Em seguida, com o objetivo de construir um padrão de apropriação, de acordo com a etnia dos usuários dos espaços estudados, os mapas de contagem produzidos dos diários de campo foram sobrepostos. Assim, foram feitas manchas, representando a localização dos usuários nos respectivos espaço e horário e sobrepondo essas manchas em um segundo momento. Desse modo, todas as informações espaciais de contagem recolhidas foram sintetizadas.

Igualmente, em prol de uma análise quantitativa e comparativa da contagem realizada em campo, foram produzidos gráficos síntese “horário X quantidade de usuários por etnia”. Assim, foi possível comparar por etnia a quantidade total de pessoas, a quantidade de pessoas por gênero e a quantidade de pessoas por uso.

A seguir são apresentados a sintetização e análises dos dados de contagem para cada um dos espaços analisados.

O Calçadão Cardoso Vieira é um espaço peculiar, por se tratar de uma via pedestrianizada, em seu conceito, um local prioritariamente de passagem. No entanto, ele se comporta também como área de convivência, como pode ser visto no Mapa 16. Sendo assim, os principais usos encontrados nesse espaço são passagem, convivência e comércio.

Também é possível observar que as áreas de convivência são determinadas pela presença e localização do mobiliário urbano, que nesse caso se encontra na área central do Calçadão, correspondendo aos bancos e canteiros sombreados utilizados pelos usuários como espaços de permanência.



Mapa 16: Apropriação do Calçadão Cardoso Vieira, de acordo com seu uso. Fonte: Produzido pela autora.

Já no Mapa 17 é possível observar o quanto esses usos vistos no Mapa 16 influenciam no perfil e na quantidade de usuários desse espaço público. Fica visível uma grande concentração de pessoas nas áreas onde há mobiliário urbano, isto é, as áreas de convivência. Da mesma forma ocorre nos locais de comércio e serviços, principalmente nos de alimentação, como Café São Braz e a Sorveteria. Destaca-se também a presença da Lotérica, vale ressaltar que em razão da

No Mapa 17 é possível observar uma grande concentração de pessoas brancas utilizando o Calçadão Cardoso Vieira, principalmente nas áreas de convivência. Já no caso de usuários pardos, eles aparecem em menor quantidade, havendo espreadimento maior e uma forte concentração apenas na área onde ficam os engraxates (Mapa 16). No entanto, o que fica mais evidente é a escassez de pessoas pretas nesse espaço.



Mapa 17: Síntese da apropriação do Calçadão Cardoso Vieira, de acordo com a etnia dos usuários (* A presença do palco foi observada no sábado, nesse local a visibilidade era dificultada). Fonte: Produzido pela autora.

De acordo com a contagem de pessoas, foi possível fazer um comparativo do número de pessoas no geral e por gênero, por etnia, por horário e por dia, a partir dos Gráficos de 1 a 9 e observar a semelhança dos dados da segunda e da quarta, o que indica que os dias de semana possuem um comportamento semelhante. Dessa forma, fica visível a predominância de pessoas brancas utilizando o Calçadão Cardoso Vieira, em detrimento de pessoas negras: enquanto no sábado chega a ter em torno de 90 pessoas brancas, tem apenas 10 pessoas pardas e menos ainda pretas.

Fica explícita também a prevalência de homens, em qualquer dia ou horário. Como demonstrado na pesquisa de Dantas (2018), não só a maioria dos

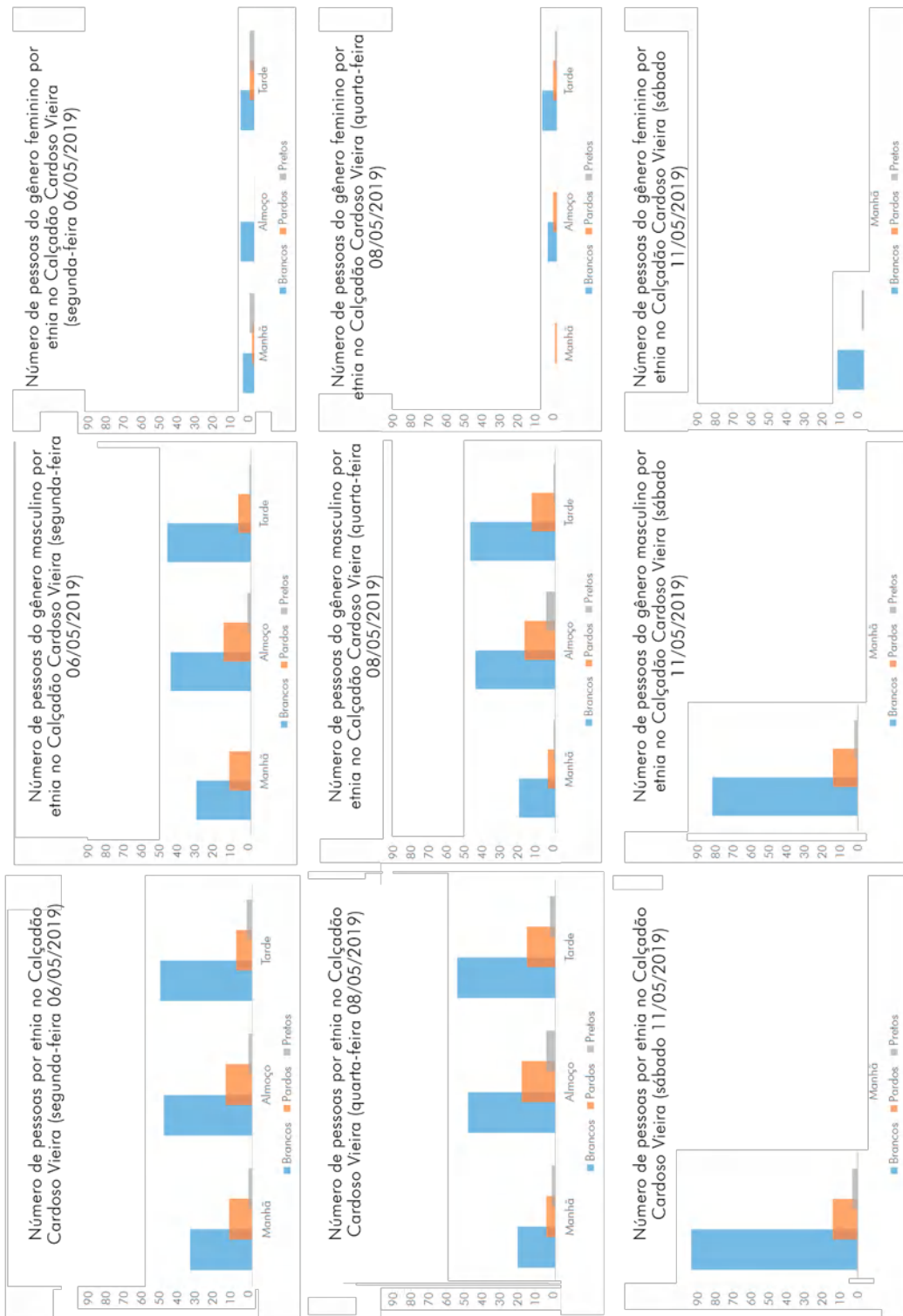
usuários é homens, mas também as mulheres se apropriam do espaço de outras formas:

Acompanhadas de outras mulheres, homens, ou até mesmo esperando por alguém. Dificilmente são vistas mulheres sozinhas no local. No tangente a idade dos usuários do local os homens também aparentam apresentar maior faixa etária. Enquanto que a maioria dos homens são idosos, as mulheres ali presentes são na sua maioria adultas. (DANTAS, 2018, p. 197)

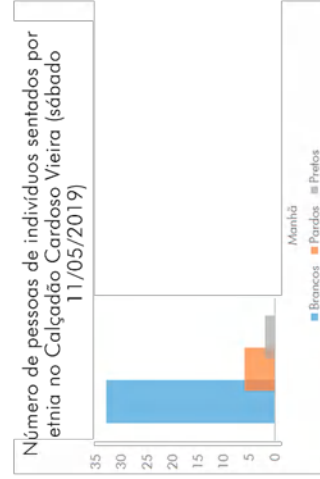
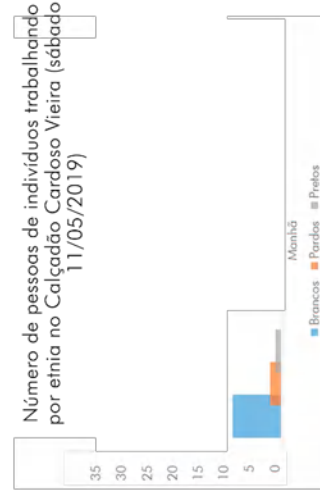
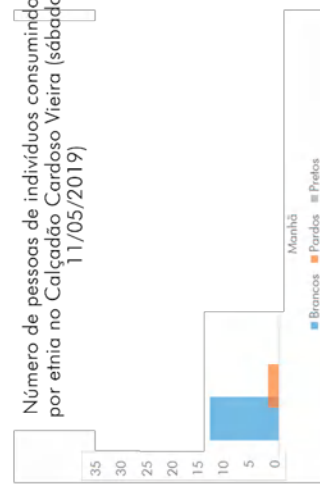
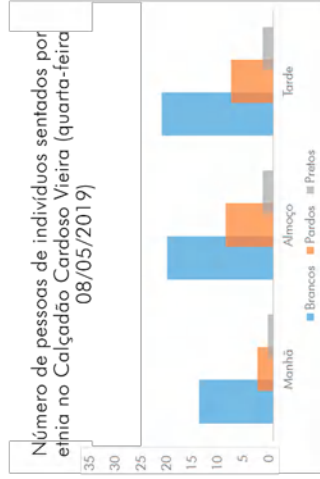
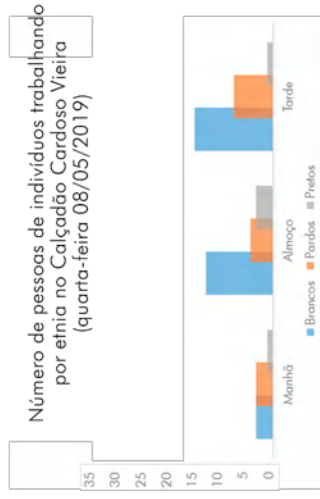
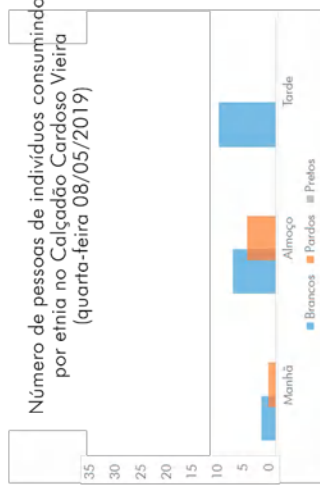
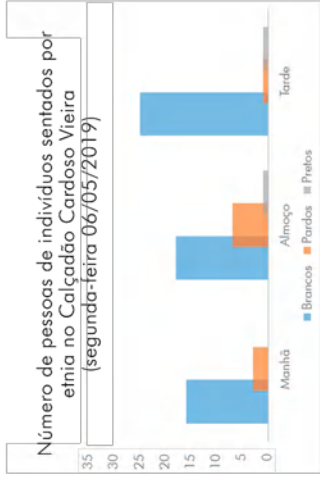
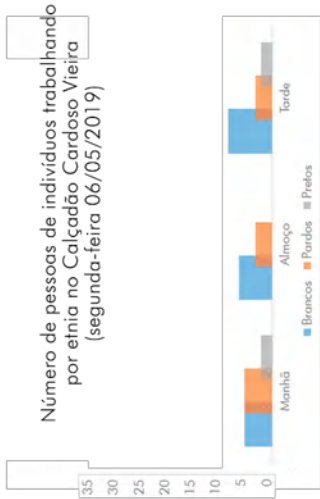
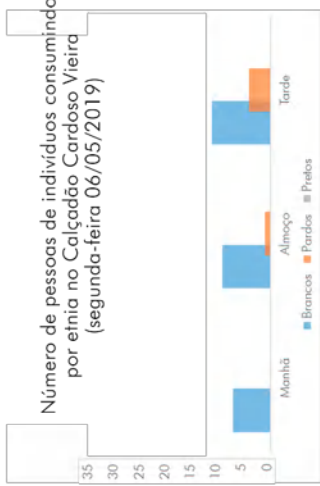
Através da análise dos Gráficos 1 a 9 é possível notar uma peculiaridade no sábado, o qual chega a mais de 90 usuários, enquanto nos dias de semana esse número fica em torno de 60 pessoas. Essa característica evidencia a natureza de espaço de lazer desse local, tanto é que no sábado foi possível observar um palco para atividades culturais (Mapa 17). Como apresentado no Capítulo 2, o Calçadão Cardoso Vieira é um espaço tradicional de convivência da sociedade campinense.

Por meio do estudo da forma de como as pessoas estão utilizando o local, é possível observar a diferença étnica na apropriação do Calçadão Cardoso Vieira. Através dos Gráficos 10 a 18 - que mostram o número de pessoas consumindo, trabalhando e sentadas, por etnia, por horário e por dia -, é possível observar que há uma predominância de indivíduos brancos sentados. No sábado esse número chega a mais de 30, enquanto pardos e pretos não chegam a 10, somando-os. Todavia essa disparidade diminui drasticamente ao comparar com os gráficos dos usuários que estão trabalhando. Na segunda de manhã, por exemplo, o número de brancos e pardos chegam a se igualar.

Percebemos desse modo que há uma forte predominância de pessoas brancas se apropriando do Calçadão Cardoso Vieira, apesar de o IBGE indicar predominância negra na população brasileira. Os números se assemelham apenas na quantidade de pessoas que estão trabalhando, isto é, há uma maioria de pessoas brancas nas atividades de lazer, mas essa maioria não existe nas atividades laborais, nesse espaço.

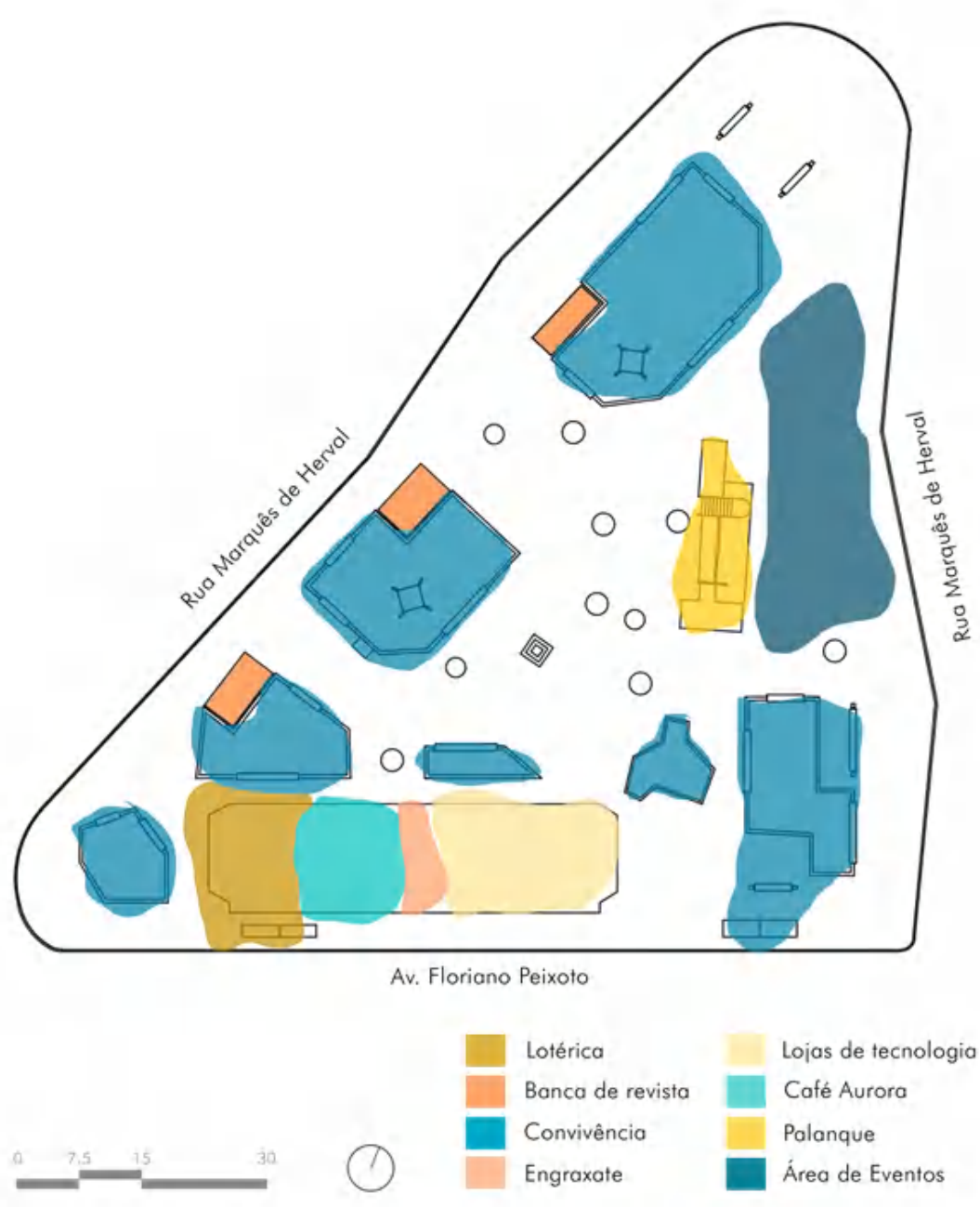


Gráficos 1 a 9: Número de pessoas por etnia e por gênero no Calçado Cardoso Vieira. Fonte: Produzido pela autora.



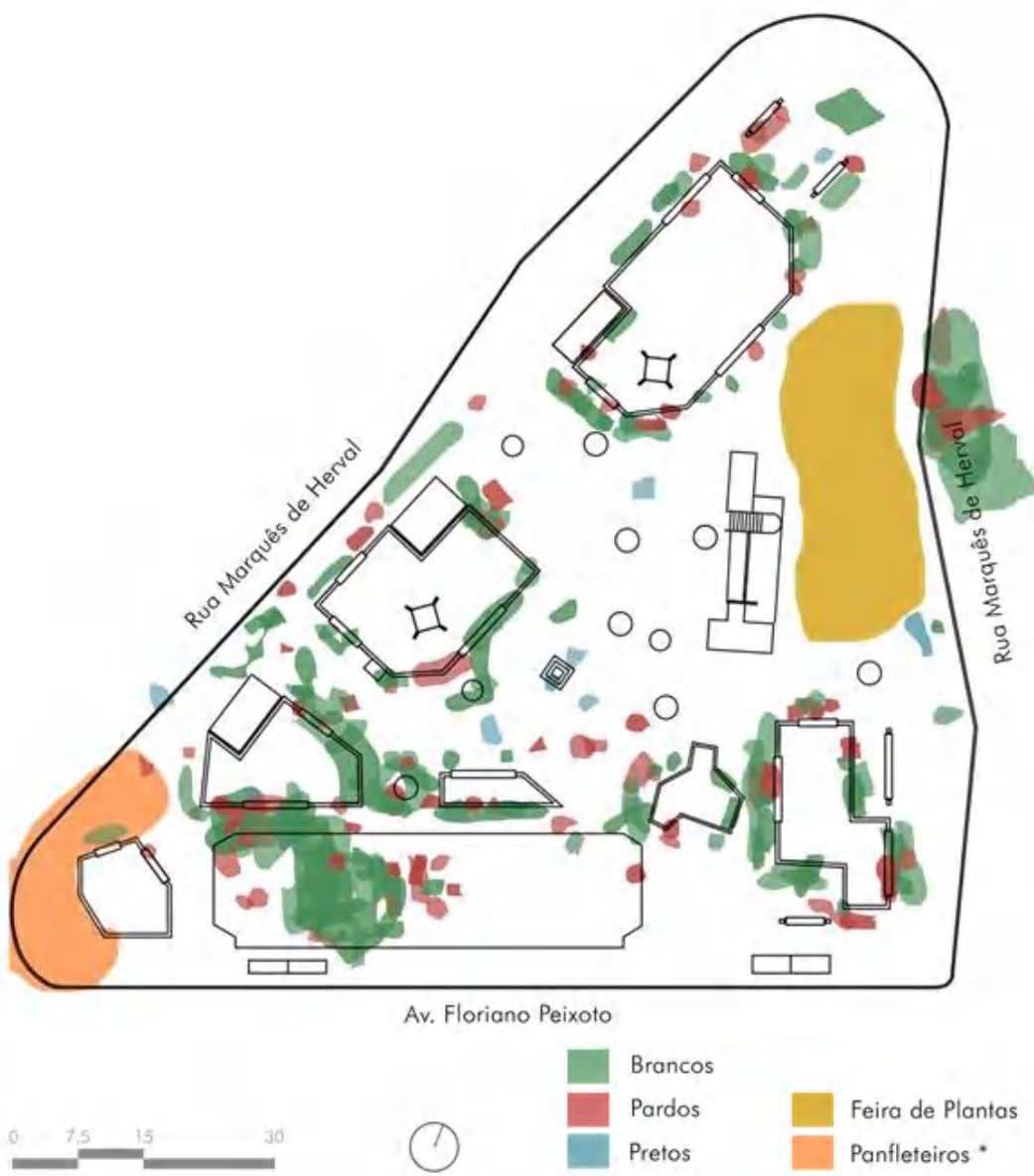
Gráficos 10 a 18: Número de pessoas por uso no Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Produzido pela autora.

A Praça da Bandeira corresponde a um espaço público com uma grande extensão territorial, como pôde ser visto no Capítulo 2. Por isso, tem facilidade para possuir espaços sem apropriação ou uso definido, o que pode ser observado no Mapa 18 (nas áreas em branco não foi observado uso definido).



Mapa 18: Apropriação da Praça da Bandeira, de acordo com seu uso. Fonte: PMCG, modificado pela autora.

Quatro usos peculiares podem ser observados nesse local: o palanque, onde ocorrem atividades culturais (Mapa 18); a área dos panfleteiros (Mapa 19), região próxima ao semáforo, utilizada para publicidade e campanhas; o ponto de mototáxi (Mapa 19), um dos maiores e mais movimentados da cidade; área de eventos (Mapa 18), que corresponde a um espaço aberto em que ocorrem diversas atividades, inclusive nos dias de observação estava ocorrendo uma feira de plantas (Mapa 19).



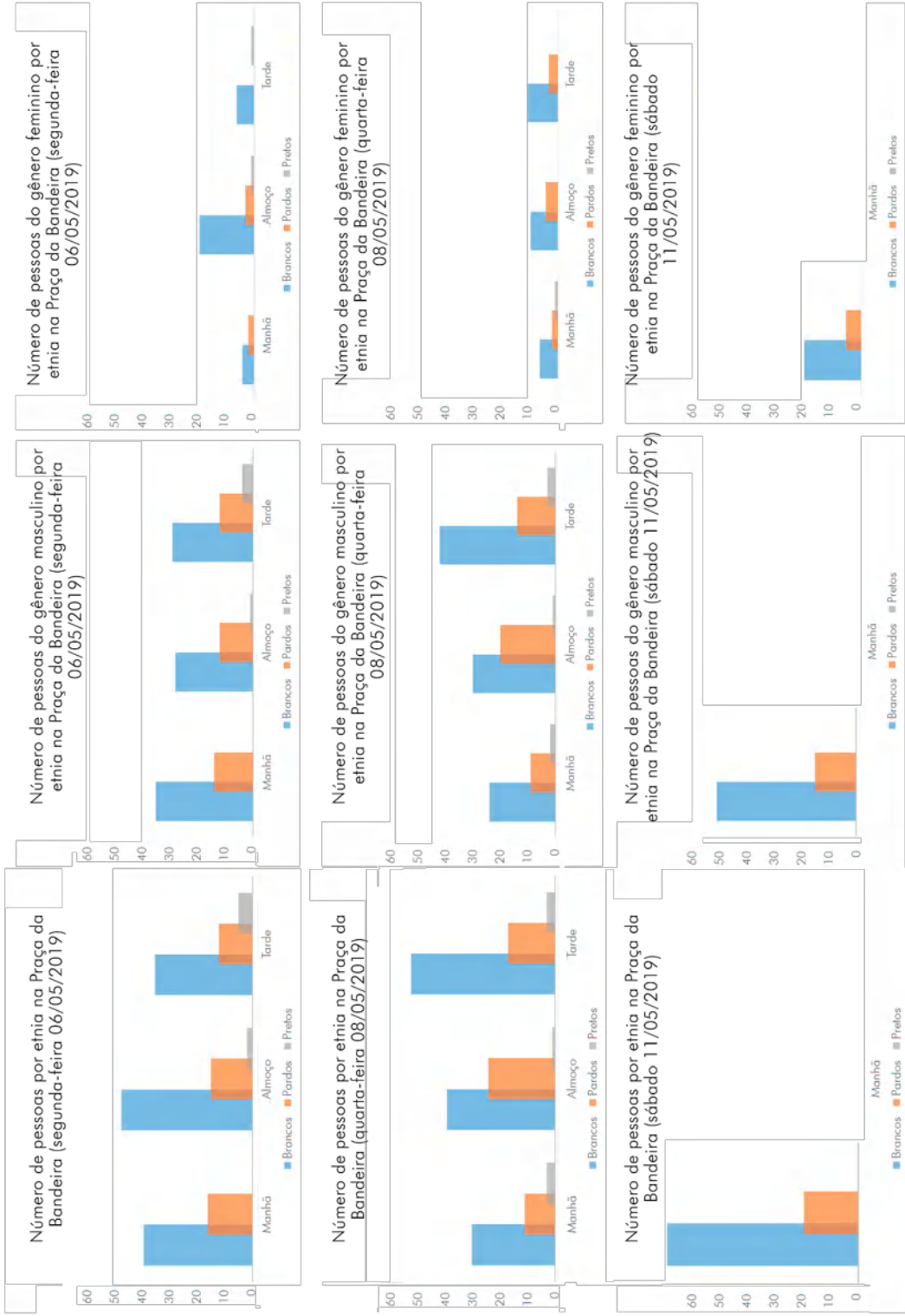
Mapa 19: Síntese da apropriação da Praça da Bandeira, de acordo com a etnia dos usuários. Fonte: Produzido pela autora.

Ao comparar o Mapa 18 com o Mapa 19, é possível observar a predominância da apropriação relacionada a permanência das pessoas nos espaços de convivência, onde há sombreamento das árvores e mobiliário para sentar, bem como dos usos comerciais, como o Café Aurora e a Lotérica, locais em que há grande predominância de pessoas brancas.

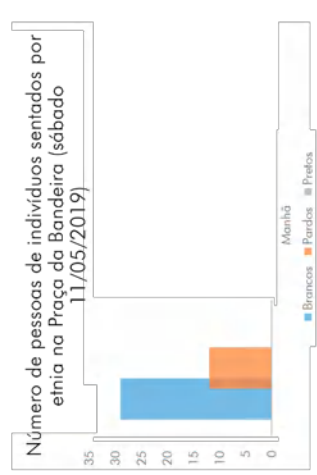
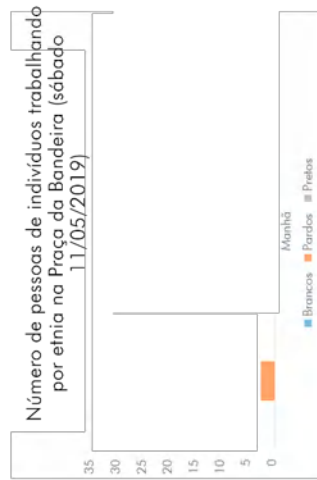
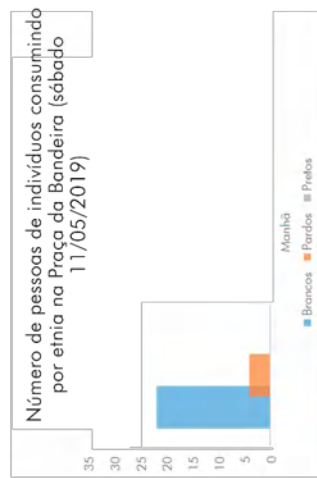
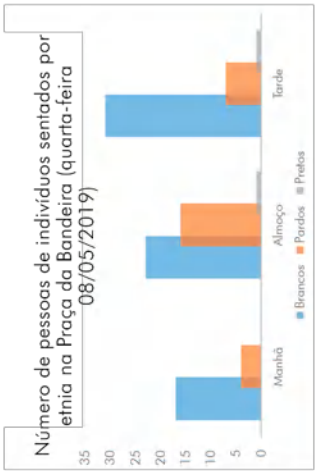
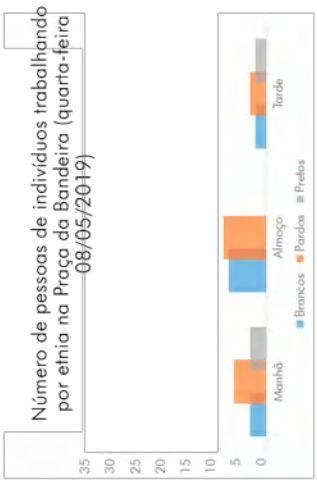
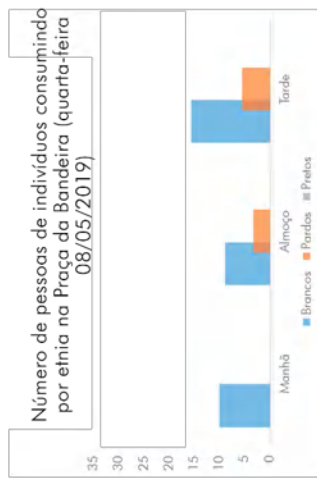
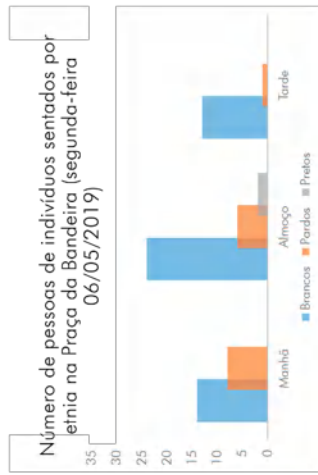
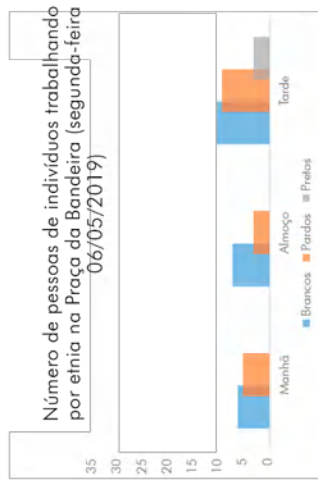
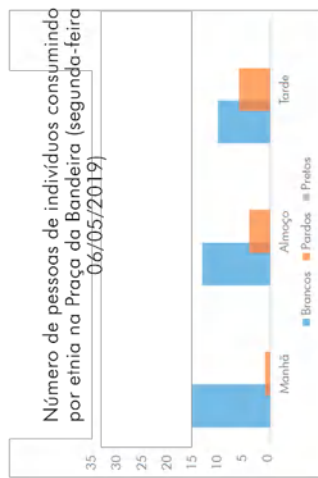
Tanto a partir do Mapa 19 quanto dos Gráficos 19 a 27 fica visível uma predominância de pessoas brancas utilizando o local. Mas, há também uma pequena diversidade quanto a etnia. Na quarta, por exemplo, há em torno de 50 indivíduos brancos e mais de 20 pessoas, somando pardos e pretos, no período da tarde. É possível observar também, a partir dos Gráficos 19 a 27, uma grande discrepância entre a quantidade de usuários homens e mulheres.

Já nos Gráficos 28 a 36, isto é, os que mostram as atividades realizadas pelos usuários por etnia, nota-se que a grande diferença na quantidade de usuários brancos para pardos e pretos permanece entre indivíduos sentados ou consumindo. Um exemplo desse fato foi observado na segunda em horário de almoço quando havia em torno de 25 indivíduos brancos sentados para menos de 10 negros, e em torno de 10 brancos consumindo para 2 pardos e nenhum preto. No entanto, essa relação se torna bem mais igualitária nos gráficos que mostram indivíduos trabalhando, chegando até a haver mais pardos do que brancos trabalhando, como na quarta no horário do almoço.

Assim, há uma predominância de pessoas brancas utilizando os espaços da Praça da Bandeira, embora essa predominância diminua drasticamente quando essas pessoas estão exercendo atividades laborais.

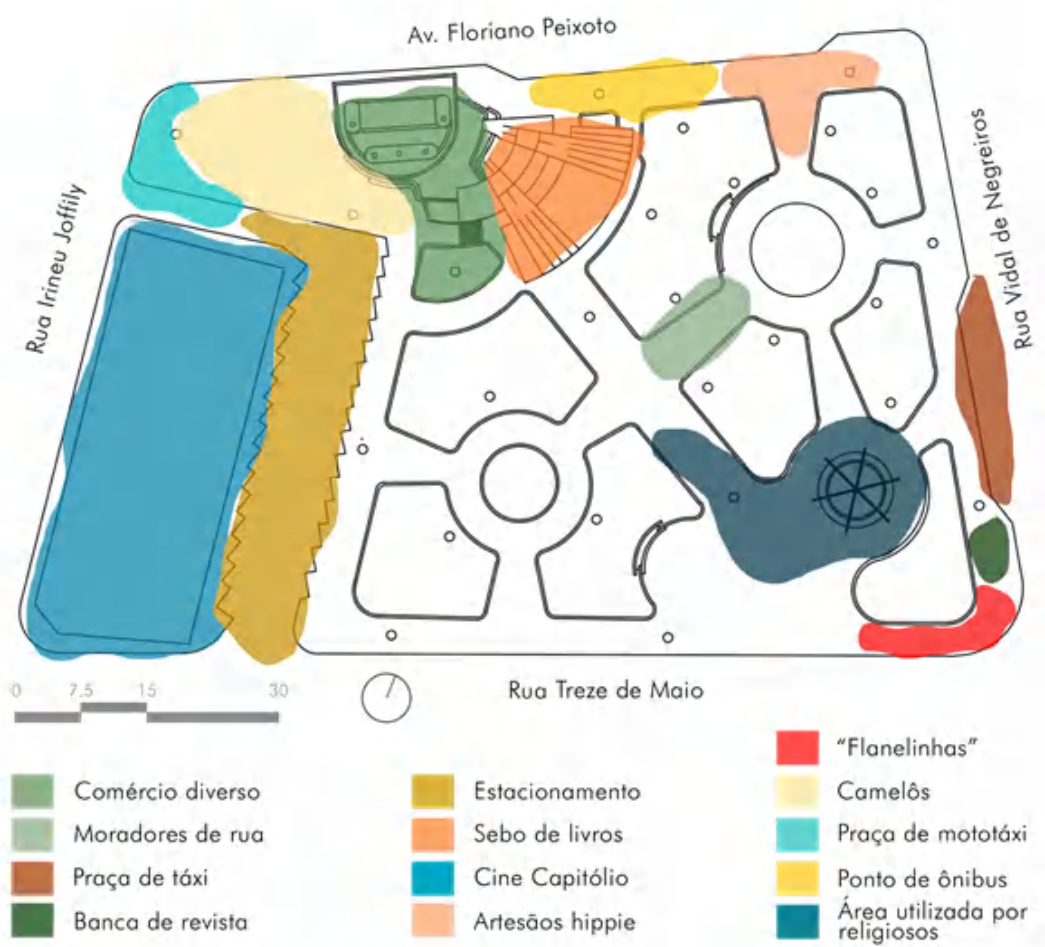


Gráficos 19 a 27: Número de pessoas por etnia e por gênero na Praça da Bandeira. Fonte: Produzido pela autora.



Gráficos 28 a 36: Densidade populacional por uso na Praça da Bandeira. Fonte: Produzido pela autora.

A Praça Clementino Procópio é um caso peculiar entre os espaços públicos do Centro Histórico de Campina Grande. Assim como apresentado no Capítulo 2, trata-se de uma área bastante extensa e que sofreu várias transformações ao longo do tempo, que originaram vários espaços obsoletos, como pode ser visto nas áreas em branco no Mapa 20. Também é um espaço que possui grandes edificações, como o Cine Capitólio em ruína e o sebo/comércio, os quais acabam funcionando como uma barreira física para a praça. Como pode ser visto no Mapa 20, contraditoriamente aos espaços analisados anteriormente, as áreas menos utilizadas são as de convivência, onde há mobiliário e sombreamento, isto é, os canteiros.



Mapa 20: Apropriação da Praça Clementino Procópio, de acordo com seu uso. Fonte: Souto (2017), modificado pela autora.

Além disso, é um espaço visto pela sociedade campinense como marginalizado e perigoso, como apresentado no Capítulo 2. Devido à presença de atividades vistas pela elite como marginais e de classe baixa, como os comércios informal e hippie, os moradores de rua e os “flanelinhas” (Mapa 20), a Praça Clementino Procópio é apropriada de formas distintas dos demais espaços públicos do Centro Histórico de Campina Grande.

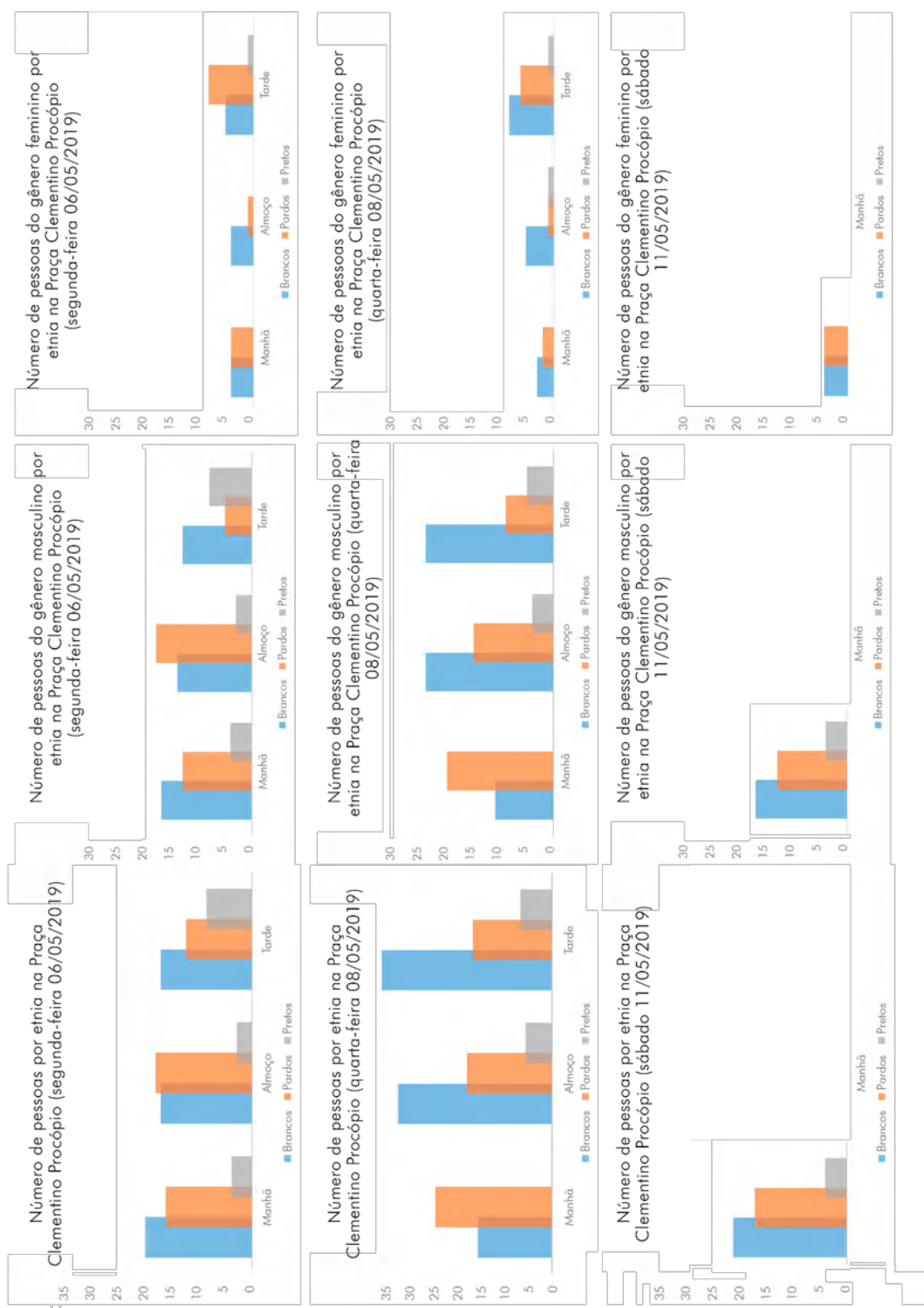
No entanto há uma concentração de pessoas na praça de mototáxi e no ponto de ônibus; A fachada voltada para a Av. Floriano Peixoto (via arterial) é a área mais utilizada pela população, enquanto os outros pontos de concentração de pessoas que podem ser observados no Mapa 16 são a área do comércio hippie e onde estão os moradores de rua, nas quais há uma maior concentração de pessoas negras.



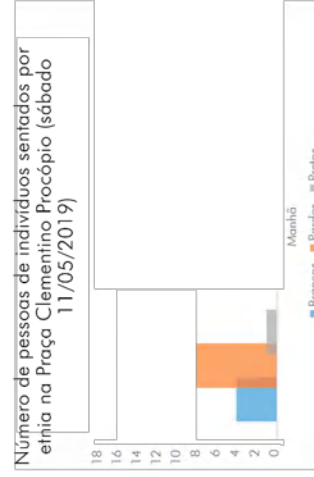
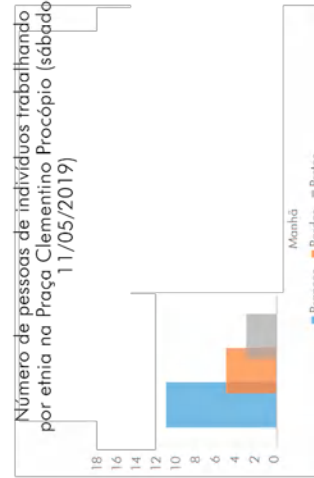
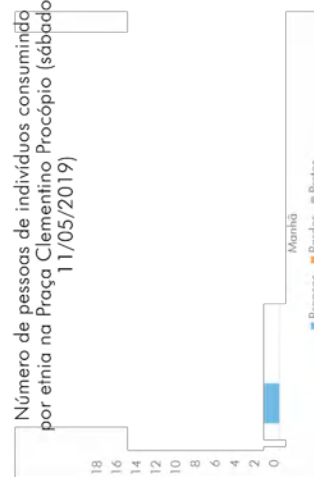
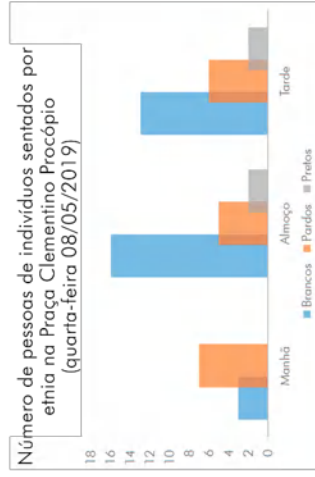
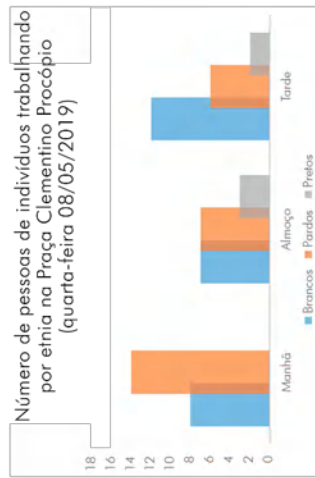
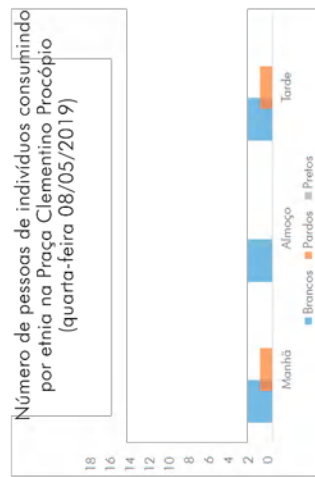
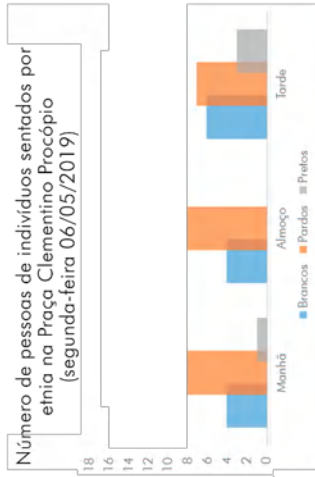
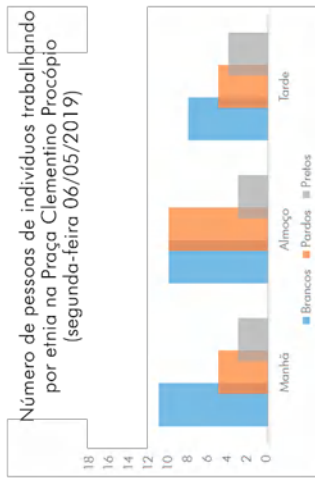
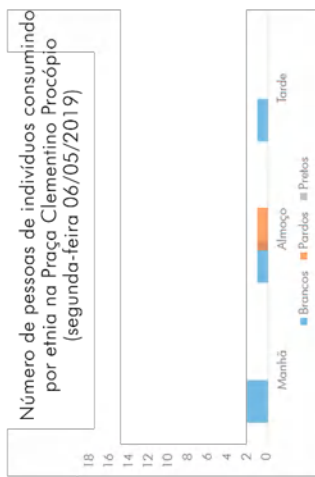
Mapa 21: Síntese da apropriação da Praça Clementino Procópio, de acordo com a etnia dos usuários (* Feira observada no início da manhã, com grande concentração de homens idosos).
Fonte: Produzido pela autora.

A partir dos Gráficos 37 a 45 é possível observar uma variação no perfil das pessoas que utilizam a Praça Clementino Procópio. Há um maior equilíbrio entre as colunas dos gráficos gerais (do número de pessoas por etnia) que indicam uma quantidade semelhante de pessoas brancas e pardas, onde por vezes as pardas ultrapassam as brancas, como na manhã da quarta-feira. Da mesma forma, existe uma maior quantidade de pessoas pretas nesse espaço, que não foi vista nas outras áreas de análise, principalmente quando analisado proporcionalmente ao “percentual” observado nas outras etnias. No entanto, vale destacar a diferença contínua entre o número de homens e de mulheres; enquanto que na quarta no horário de almoço há em torno de 25 homens, existem 5 mulheres.

Essa proporção semelhante entre a quantidade de indivíduos pardos e brancos permanece para as formas de apropriação do espaço: apenas na quarta-feira à tarde e no horário de almoço é possível observar uma maior predominância de pessoas brancas sentadas (Gráficos 46 a 54). Tanto sentados quanto trabalhando, a proporção entre indivíduos brancos e negros é semelhante, chegando a haver mais negros do que brancos, e até mais pretos que pardos, como na segunda à tarde.



Gráficos 37 a 45: Número de pessoas por etnia e por gênero na Praça Clementino Procópio. Fonte: Produzido pela autora.



Gráficos 46 a 54: Número de pessoas por uso na Praça Clementino Procópio. Fonte: Produzido pela autora.

3.2.2 Fluxos

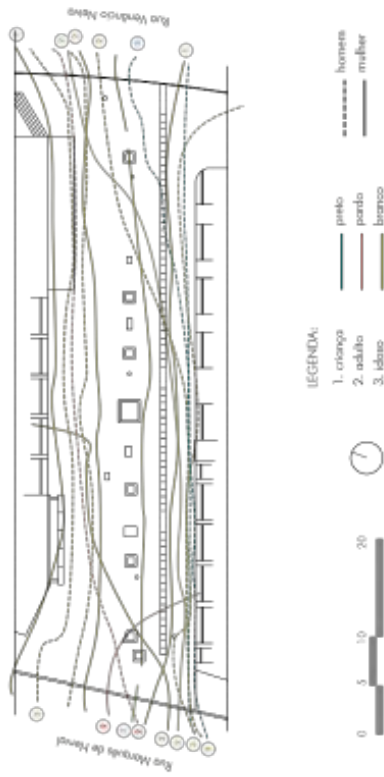
A etapa da análise dos fluxos foi realizada nas áreas estudadas mapeando a forma como as pessoas se deslocavam nesses espaços, nos horários e dias de observação de forma que foi possível mapear a faixa etária, etnia, gênero e caminhos realizados pelos usuários no momento investigado. Dessa forma, as análises foram divididas por espaço de estudo - Calçada Cardoso Vieira, Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio -, agrupando os mapas em conjunto, para facilitar a sintetização dos dados.

A seguir são apresentados a sintetização e análises dos dados de contagem cada um dos espaços analisados.

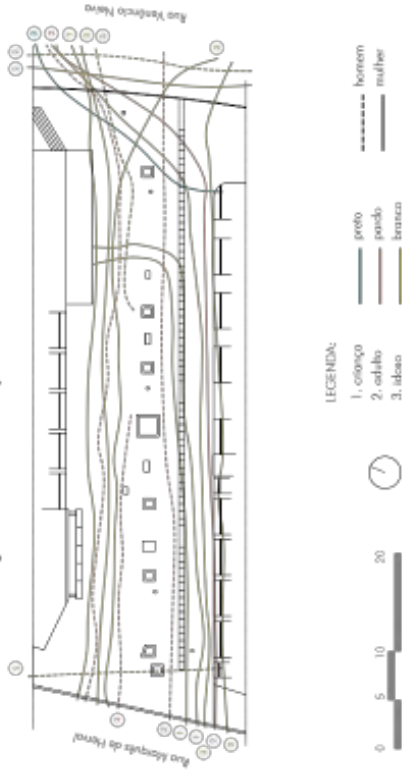
Os Mapas 22 a 27 mostram os fluxos dos usuários do Calçada Cardoso Vieira, de modo que é possível observar que o fluxo principal ocorre de forma retilínea entre as ruas Venâncio Neiva e Marquês de Herval, determinados por sua forma e por corresponder a uma via. Esses fluxos ocorrem geralmente nas laterais, entre os mobiliários e os comércios. Mas, também há outros caminhos percorridos que não os principais, os quais tendem a ser em direção a algum comércio específico.

Nos Mapas de 22 a 27 é possível observar uma quantidade expressiva de mulheres usando a área como espaço de passagem, principalmente proporcional a quantidade de homens. Além do que, em relação ao estudo étnico, existe uma predominância das linhas verdes, ou seja, de pessoas brancas, em detrimento das negras, embora seja possível observar a coexistência das cores.

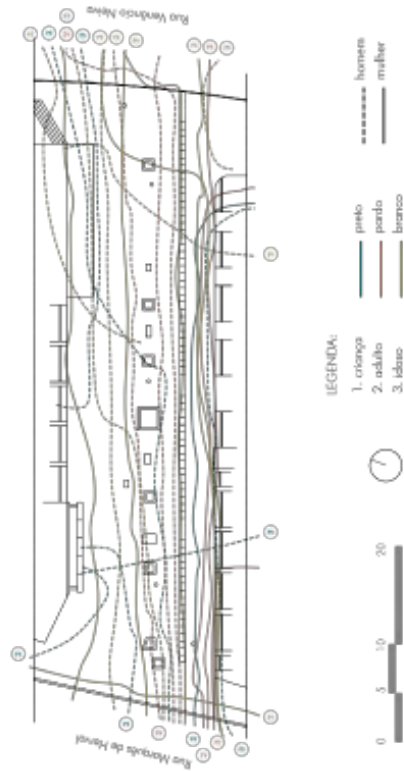
Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Segunda-feira manhã (06/05/2019)



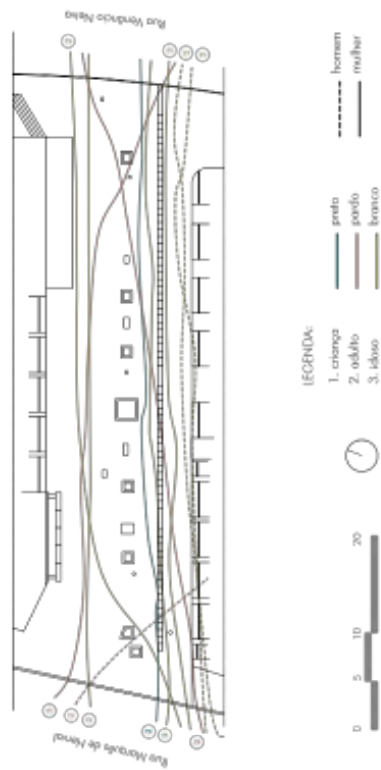
Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Segunda-feira almoço (06/05/2019)



Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Segunda-feira tarde (06/05/2019)

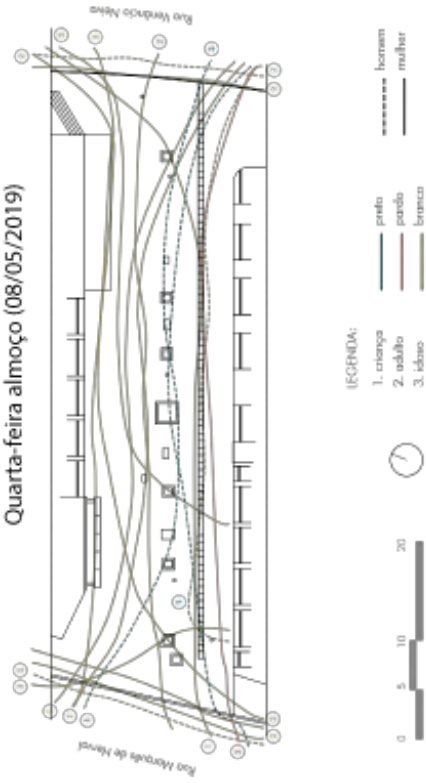


Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Quarta-feira manhã (06/05/2019)



Mapas 22 a 25: Fluxo de pessoas no Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Acervo próprio.

Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Quarta-feira almoço (08/05/2019)



Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Quarta-feira tarde (08/05/2019)



Fluxo de pessoas no Calçadão da Cardoso Vieira
Sábado (11/05/2019)

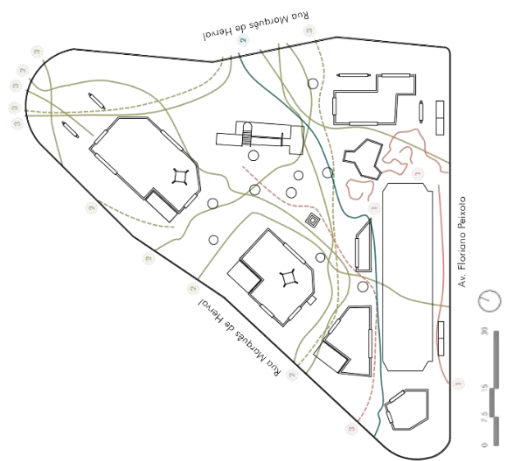


Mapas 26 a 28: Fluxo de pessoas no Calçadão Cardoso Vieira. Fonte: Acervo próprio.

No caso da Praça da Bandeira, por ser um espaço de grande extensão territorial, há várias possibilidades de caminhos a serem realizados pelos usuários. No entanto, existem fluxos predominantes, como por exemplo na fachada oeste da Rua Marquês do Herval e pelo meio da praça, em direção à Rua Getúlio Vargas, via importante da cidade, detentora de vários serviços.

Ao comparar os Mapas 29 a 35 é possível perceber uma predominância de usuários de etnia branca transitando pela Praça da Bandeira. Apesar de existir uma certa diversidade, é perceptível que há uma maioria branca, desproporcional aos percentuais da população brasileira, como apresentado no Capítulo 1 deste estudo. Este fato é reforçado, principalmente, ao analisar a cor azul, isto é, os pretos que transitam por esse local, que por vezes são quase inexistentes. Além disso, em relação ao gênero, há uma proporção entre homens e mulheres, o que aponta pra existência de uma certa semelhança de gênero no que tange aos passantes locais.

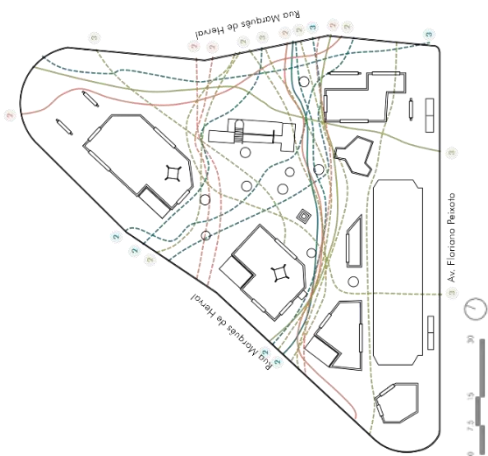
**Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Segunda-feira manhã (06/05/2019)**



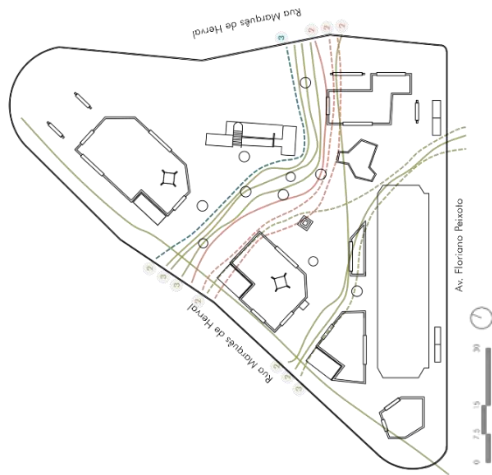
**Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Segunda-feira almoço (06/05/2019)**



**Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Segunda-feira tarde (06/05/2019)**

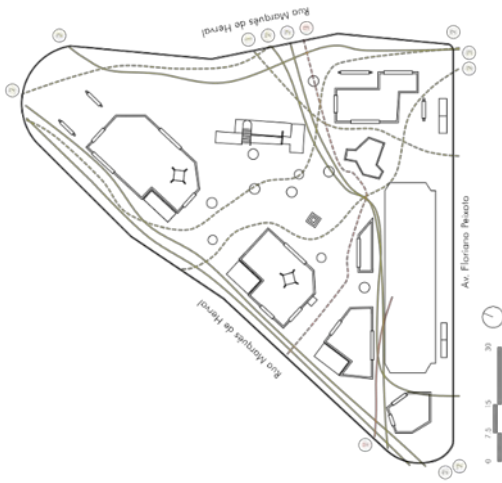


**Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Quarta-feira manhã (07/05/2019)**

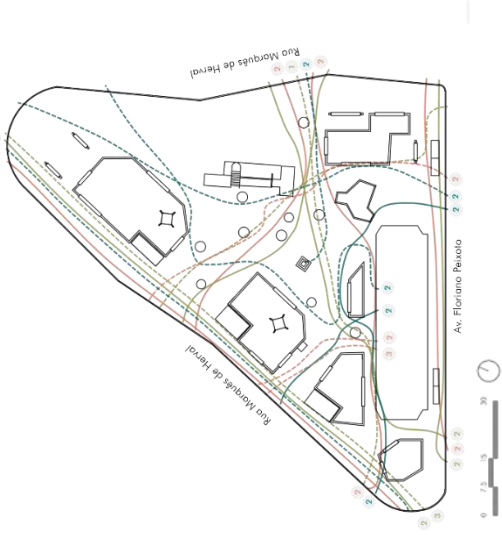


Mapas 29 a 32: Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira. Fonte: Acervo próprio.

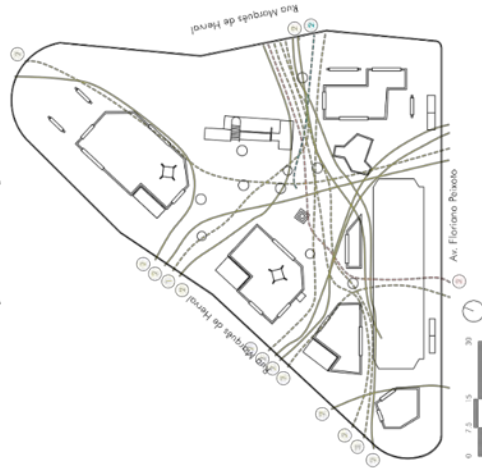
Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Quarta-feira almoço (08/05/2019)



Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Quarta-feira tarde (08/05/2019)



Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira
Sábado (11/05/2019)



LEGENDA:

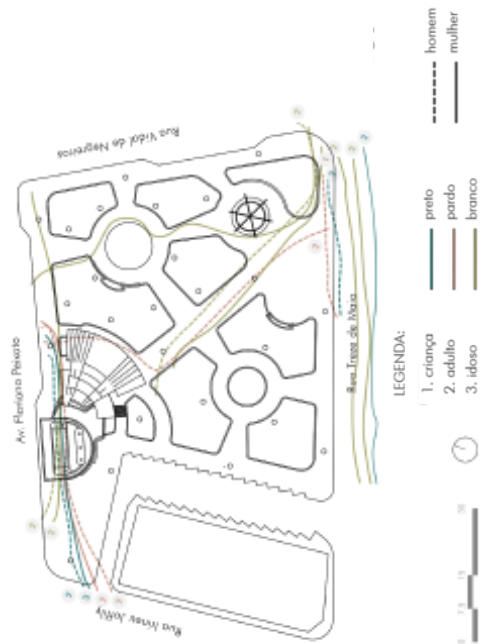
- 1. criança
 - 2. adulto
 - 3. idoso
- preto
 - paredo
 - branco
- homem
 - mulher

Mapas 33 a 35: Fluxo de pessoas na Praça da Bandeira. Fonte: Acervo próprio.

Na Praça Clementino Procópio percebe-se uma tendência de fluxo nas bordas desse espaço público. Também existem pessoas circulando internamente, porém a quantidade é extremamente maior nas extremidades, principalmente na Av. Floriano Peixoto, já que esta possui os equipamentos vitais da praça, com destaque ao ponto de ônibus, que dinamiza essa área fortemente. Como pode ser visto nos Mapas de 36 a 42, nas repetidas linhas paralelas à Av. Floriano Peixoto, o fluxo, nesse sentido, é bastante intenso.

Nesse espaço existe uma aparente diversidade na etnia das pessoas que estão circulando. Porém, é possível observar nos Mapas de 36 a 42 que poucos indivíduos brancos circulam no interior da praça, sendo as bordas preferidas para esse público. Já os pardos e pretos são maioria ao examinar os usuários que transitam no interior desse espaço livre público. Da mesma forma, com relação ao gênero, existem uma preferência das mulheres em transitar pelas extremidades da Praça Clementino Procópio, enquanto os homens transitam por qualquer local.

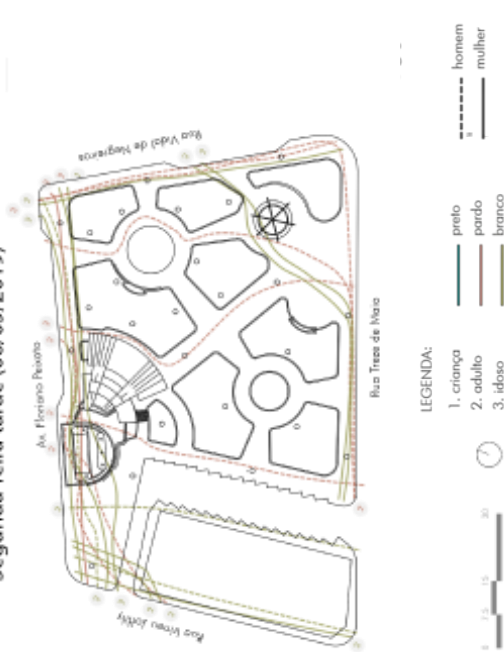
**Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Segunda-feira manhã (06/05/2019)**



**Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Segunda-feira almoço (06/05/2019)**



**Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Segunda-feira tarde (06/05/2019)**

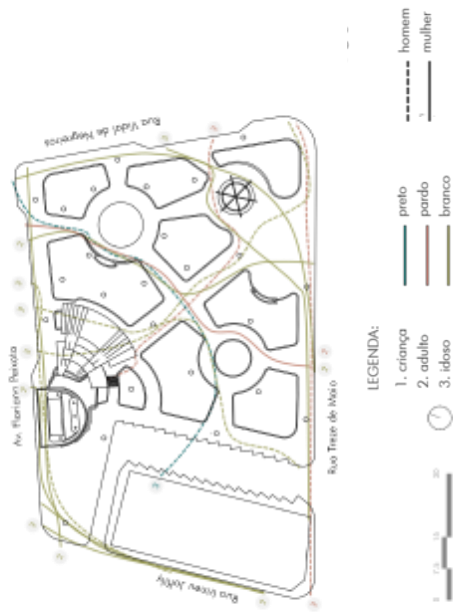


**Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Quarta-feira manhã (07/05/2019)**



Mapas 36 a 39: Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio. Fonte: Acervo próprio.

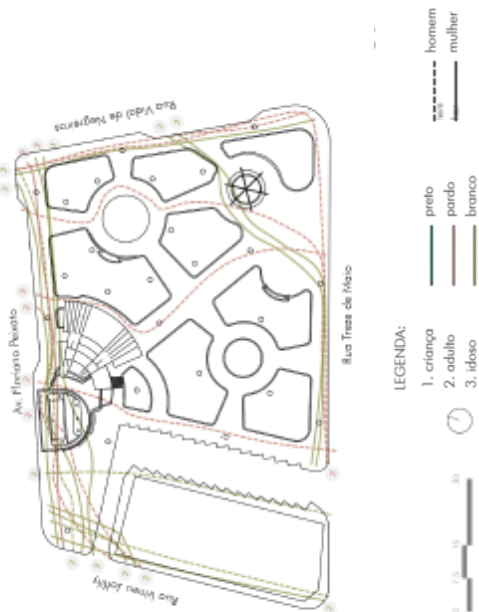
Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Quarta-feira almoço (08/05/2019)



Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Quarta-feira tarde (08/05/2019)



Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio
Sábado (11/05/2019)



Mapas 40 a 42: Fluxo de pessoas na Praça Clementino Procópio. Fonte: Acervo próprio

3.2.3 Estudo comparativo

A partir dos estudos realizados em torno das formas de apropriação e dos fluxos dos usuários dos espaços livres públicos no Centro Histórico de Campina Grande, foi possível notar várias semelhanças e diferenças entre eles. Cada espaço possui suas particularidades, mas também existem padrões em comum observados em todos.

A principal distinção que se pode fazer entre os três espaços, partindo de uma visão étnica, é o quanto eles possuem usos e apropriações diferentes - fatores determinantes no perfil étnico da população que utiliza esses espaços. O caso do Calçadão Cardoso Vieira chama atenção, pois tem uma imagem construída para a sociedade tradicionalmente de um espaço elitizado, e é possível perceber o quanto esse aspecto influencia na dominação da população branca nesse espaço.

Já a Praça da Bandeira é um espaço socialmente mais democrático, até pela sua localização mais central, porém há uma concentração de homens brancos na área do Café Aurora e dos engraxates, semelhante a forma como esse público se apropria do Calçadão Cardoso Vieira.

O caso da Praça Clementino Procópio é onde essa distinção fica mais evidente, por se tratar de um espaço visto pela sociedade campinense como marginal, dada sua utilização por parte de pessoas como artesãos hippies, moradores de rua e flanelinhas, que são vistos de uma forma marginalizada socialmente. Dessa forma, entre os três espaços estudados, esse é o que possui maior número de usuários pretos e pardos.

Um importante aspecto a ser analisado é a densidade populacional, uma vez que os três espaços públicos analisados possuem escalas territoriais e número de usuários distintos. No entanto, em um horário como a segunda de manhã, os três espaços possuem quase a mesma quantidade de usuários (de 40 a 50 pessoas). Portanto, o Calçadão Cardoso Vieira, por ser o menor dentre os três, possui a maior densidade populacional, algo perceptível nas visitas ao espaço. No sábado, esse espaço chega a possuir mais de 90 usuários, ultrapassando o número de pessoas das Praças da Bandeira e Clementino Procópio, locais com extensão

territorial significativamente maior. Essa elevada densidade populacional observada no Calçadão Cardoso Vieira reforça a característica de espaço de lazer e permanência, não somente uma via pedestrianizada.

Essa diferença na extensão territorial também permite uma percepção diferenciada: nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio a observação é mais dificultosa em comparação ao Calçadão Cardoso Vieira, já que é possível visualizar todo o espaço deste de um único ponto de observação.

Foi possível observar certos padrões de apropriação em todos os espaços analisados: há uma tendência de concentração de pessoas junto aos mobiliários urbanos (como bancos), áreas sombreadas e aos comércios alimentícios, principalmente os tradicionais cafés, com exceção da Praça Clementino Procópio, onde há uso esporádico dessas áreas (um caso específico de marginalização do espaço público e consequente descaso).

Outro padrão observado nas três áreas de estudo foi a semelhança dos dados coletados nos dias de semana, o que revela um modelo de apropriação que se repete nesses dias. Porém, no sábado os dados sofrem transformações, principalmente o aumento do número de pessoas utilizando os espaços públicos.

Além disso, há uma repetição nas formas como os homens e mulheres se apropriam desses espaços. Foi possível observar em todos os espaços uma predominância no número de homens se apropriando dessas áreas em detrimento de poucas mulheres: eles utilizando o espaço como de permanência e elas, em sua maioria, utilizando esses locais como zonas de passagem.

Um aspecto importante de se destacar foi a forma como a presença dos semáforos influencia na apropriação das esquinas, principalmente na Praça Clementino Procópio e na Praça da Bandeira. As esquinas com semáforos dessas praças são tomadas por “flanelinhas”, pedintes e panfleteiros, que utilizam os momentos de “sinal vermelho” para abordar os motoristas.

A partir dos estudos, ficou perceptível que a Praça Clementino Procópio é um caso particular de marginalização do espaço livre público, principalmente na construção social desse termo. Isso pode ser visto no perfil das pessoas que

utilizam o espaço, que são vistos pela sociedade de uma forma marginalizada, além dos grandes espaços obsoletos, pouca permanência e a maioria dos fluxos sendo realizados pelas bordas, o que indica que as pessoas não querem transitar no interior da praça.

Além disso, a Praça Clementino Procópio possui uma maior apropriação por parte da população negra, quando comparada à Praça da Bandeira e ao Calçadão Cardoso Vieira, em que a superioridade branca é bastante evidente. Dessa forma, a partir do Capítulo 1, é possível estabelecer uma relação entre a forma como esses espaços são apropriados pela população, a partir de um recorte étnico, partindo de uma visão social do espaço urbano.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu de uma inquietação frente à carência de bibliografia que correlacione a história da população negra no Brasil ao estudo do espaço urbano e essa questão tornou-se o principal foco da discussão estabelecida no aporte teórico. De forma que a produção deste foi essencial para a pesquisa, dada a importância de entender e discutir conceitos relacionados ao estudo do racismo, associando às pesquisas acerca do espaço urbano.

Desse modo, sendo possível observar que a história da formação das cidades brasileiras perpassa o processo da construção social do racismo. Através de processos que ultrapassam a escravidão e a sociedade capitalista, como a abolição, as Reformas Urbanas e o projeto de embranquecimento, que foram determinantes para o racismo existente no espaço urbano hodierno.

Bem como, a leitura urbana foi essencial para um reconhecimento aprofundado das áreas de estudo. Essas análises física, espacial e histórica embasaram todas as conclusões, já que a partir delas foi possível constatar os aspectos determinantes na formação dos espaços estudados, que culminaram em suas características hodiernas.

Concomitantemente, a metodologia foi desenvolvida tomando como base o aporte teórico e a leitura urbana, de forma que fosse aplicável para o contexto local. Somente a partir desses métodos desenvolvidos por Gomes (2017) e adaptados para esse caso, foi possível analisar as formas de apropriação dos espaços públicos a partir de uma visão étnica.

Portanto, foi visto que nos espaços livres públicos do CHCG existem certos padrões, como a supremacia de pessoas brancas em relação a negra. Essa predominância inexistente quando os indivíduos estão trabalhando, mas permanece quando estão consumindo ou exercendo atividades de lazer.

Mas sobretudo existe uma maioria de pessoas brancas se apropriando principalmente do Calçadão Cardoso Vieira e da Praça da Bandeira, espaços vistos como elitizados pela sociedade. Em contrapartida, a Praça Clementino Procópio que possui uma visão marginalizada, tem uma proporção de pessoas negras muito maior em relação às brancas.

Tanto o Calçadão Cardoso Vieira quanto a Praça da Bandeira mantêm usostradicionais que resistem às transformações, tais como a lotérica, o café e os engraxates. A presença dessa tradição pode indicar que outras práticas permanecem, como a predominância de indivíduos brancos nesses espaços. Porém, é algo que só pode ser confirmado e aprofundado em estudos futuros com a ajuda da antropologia e da sociologia.

Além disso, esse estudo perpassa as fronteiras da pesquisa acadêmica e tem um papel social importante quando muda o protagonismo da branquitude na história brasileira e se opõe ao silenciamento e invisibilização da autoria negra na bibliografia brasileira.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, S. L. **Espaço Público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- BARROS, Juliane de Lima. **Racismo ambiental e o direito ao lazer no espaço público: um estudo sobre o Parque Santava Ariano Suassuna**. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano). Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, 2019. 158f.
- CAMILO, J. Entrevista concedida a TV Borborema. Campina Grande, 11 out, 2013.
- CARDINS, E. B.; DANTAS, H. S. M.; SOUSA, S. M. C. L. de. **Praças do Centro Histórico de Campina Grande: Do surgimento à descaracterização**. In: Encontro Internacional Arquimemória sobre preservação do patrimônio edificado, 5., 2017, Salvador. Anais... . Salvador: Arquimemória 5, 2017. p. 1 - 16.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. **Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife**. Recife: Editora da UFPE, 2010.
- CHIURATTO, A. **Paisagem cultural e a experiência urbana latino-americana Buenos Aires / Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP. São Paulo. 2015.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça na PCERP/2008. *Estudos & Análises*, v. 2, n. 1, p. 49-80, 2013.
- DANTAS, Hugo. M. **O Calçadão da Cardoso Vieira: Paisagem (não tão) notável do centro histórico de Campina Grande (PB)**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2018.
- DGOTDU. **Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território**, Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005.
- FARIAS, Juliana Barreto. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. Alameda, 2006.

- GEHL, J.; SVARRE, B. **How to Study Public Life**. Washington: Island Press, 2013.
- GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. FUNDAJ. Editora Massangana, Recife, 2006. 416p.
- GOMES, R. M. **Imersão: arquitetura efêmera e a cultura do medo**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 1ª Ed, São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- LAMAS, J. M. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 2 ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbekian, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.
- LEITÃO, L. **As Praças que a Gente tem, as Praças que a Gente Quer**. Manual de Procedimentos para Intervenção em Praças. Recife: Editora Prefeitura de Recife, 2002.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 141.00, Vitruvius, fev. 2012
- MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP / QUAPÁ, 1999. v. 1. 143 p.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estud.* - **CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte e ensaios - Revista do ppga/eba/ufri - n32, dezembro 2016.
- MELLO, Bruno César EufRASIO de. **E o negro na arquitetura brasileira?** **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 145.01, Vitruvius, jun. 2012.

MONTEIRO, Daniela. **Dois rios: A circulação de negros na cidade do rio de Janeiro.** In: Instituto brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. 130 anos pós abolição: Vivências negras no espaço Urbano. São Paulo: IBDU, 2017.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. **Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça na PCERP/2008.** *Estudos & Análises*, v. 2, n. 1, p. 49-80, 2013.

OLIVEIRA, Bárbara. **O reconhecimento das senzalas na conservação de engenhos.** Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

OLIVEIRA, Fernando Bueno. **Constituição de espaços negros urbanos.** In: *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, Vol.5, n.7, 01 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Sayonara Batista, SILVA, Heitor de Andrade. **Espaços Livres Em Campina Grande: Um Quadro Do Paisagismo Na Cidade.** Artigo - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

PEREIRA, Olga Maria Lima. **A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil.** *Cadernos Imbondeiro*, v. 2, n. 1, 2012.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina grande em transformação (1930 – 1950).** Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008. 250f.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro),** *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, Rio de Janeiro, 1989, p. 29-41.

SILVA, H.; et al. **Sistema de Espaços Livres na Área Central de Campina Grande (PB).** In: X COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2015, Brasília – DF. X Colóquio QUAPÁ-SEL, 2015.

SILVA, Heitor de Andrade; BARROS FILHO, Mauro de N. M. **Morfologia urbana e espaços livres (públicos e privados) de Campina Grande (PB).** In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2014, Vitória. IX Colóquio QUAPÁ-SEL, 2014.

- SOUSA, F. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande. 1920-1945.** Tese (Doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2001.
- SOUSA, Stéphane de; ANJOS, Kainara Lira dos. **O mercado imobiliário e a dinâmica espacial no centro histórico de Campina Grande/PB.** In: Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande, 15., 2018, Campina Grande. Anais... . Campina Grande: Propex, 2018. p. 1 - 20.
- SOUTO, C. E. S.. **O processo de (des) apropriação das praças da Bandeira e Clementino Procópio em Campina Grande–PB (1942-2010).** Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017.
- SOUZA, Tereza Cristina Vital de. **Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da Ilha de Deus em Recife.** Tese de Doutorado – UFPE – Recife: 2011
- TÂNGARI, V.; SILVA, J. **Requalificação Paisagística de espaços livres no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro: um percurso de aproximação entre pesquisa e intervenção profissional.** In: 10o ENEPEA, Porto Alegre, 2010
- TAVARES, M. S.. **Influência do negro na arquitetura brasileira.** In: Congresso de Cultura Negra das Américas, 1., 1977, São Paulo. Anais... . São Paulo: IBEA, 1977. p. 1 - 34.
- TEIXEIRA, M. de P. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003. 267 p.
- ZUKIN, Sharon. **Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder.** In Arantes, Antônio Augusto (org.). O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000. pp 80-103.
- WEIMER, Günter. **Inter-Relações Afro-Brasileiras na arquitetura.** EDIPUCRS, Porto Alegre. 2014. p.173-206.

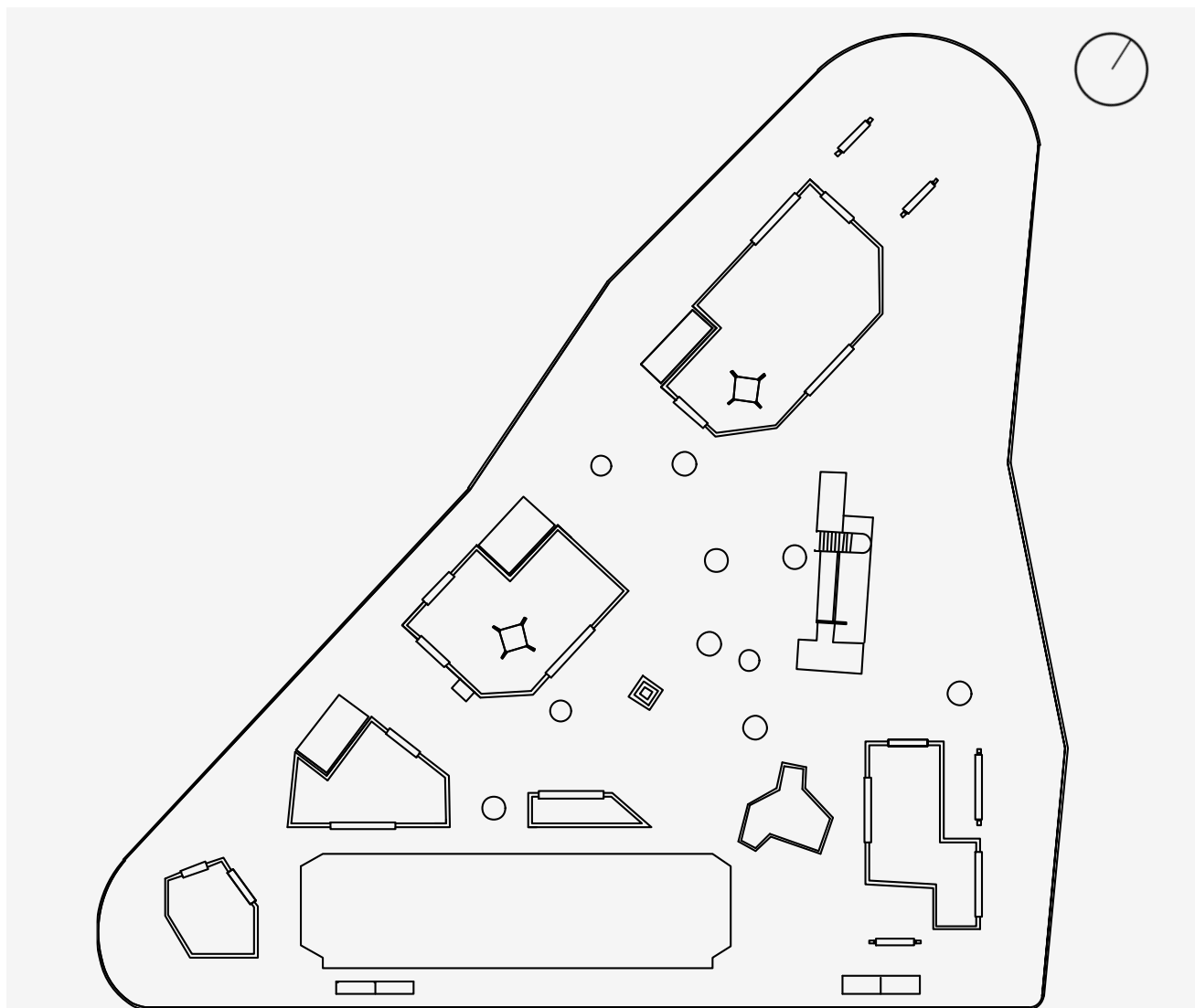
APÊNDICES - DIÁRIO DE CAMPO

Data da observação: __/__/__

Temática observada: Apropriação na Praça da Bandeira, Campina Grande, PB

Início da observação: ____ Final da observação: ____

Turno da observação: manhã almoço tarde



LEGENDA

- △ Criança
- Adulto
- Idoso

-  Preto
-  Pardo
-  Branco

-  Homem
-  Mulher

- 1 Em pé
- 2 Sentado
- 3 Andando
- 4 Trabalhando
- 5 Consumindo

Anotações:

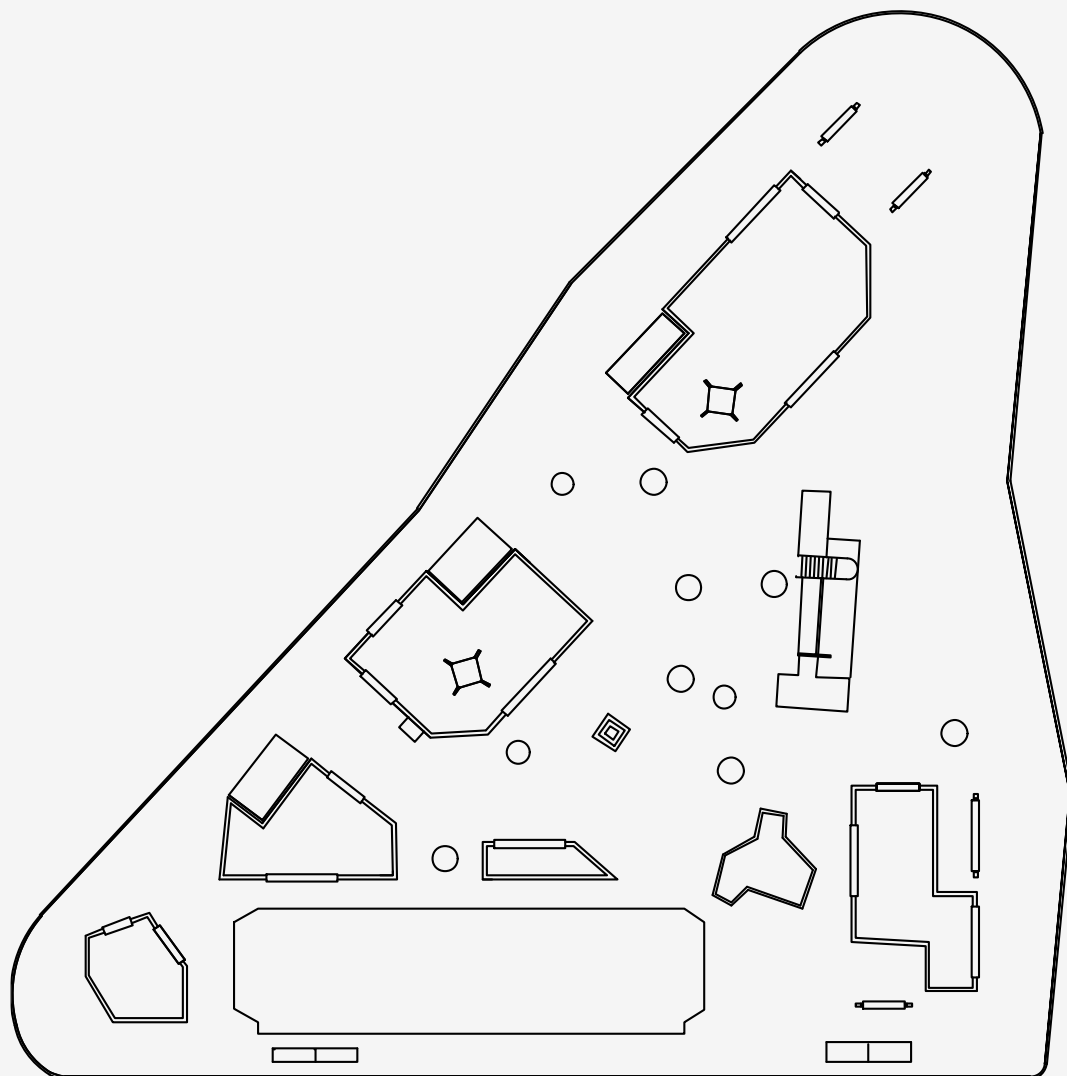
APÊNDICES - DIÁRIO DE CAMPO

Data da observação: __/__/__

Temática observada: Apropriação na Praça da Bandeira, Campina Grande, PB

Início da observação: ____ Final da observação: ____

Turno da observação: manhã almoço tarde



LEGENDA

- 1 Criança
- 2 Adulto
- 3 Idoso

- Preto
- Pardo
- Branco

- Homem
- Mulher

Anotações:

APÊNDICES - DIÁRIO DE CAMPO

Data da observação: __/__/__

Temática observada: Apropriação na Praça Clementino Procópio, Campina Grande, PB

Início da observação: ____ Final da observação: ____

Turno da observação: manhã almoço tarde

LEGENDA

| | | | |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------|
| <input type="checkbox"/> Criança | <input type="checkbox"/> Preto | <input type="checkbox"/> Homem | 1 Em pé |
| <input type="checkbox"/> Adulto | <input type="checkbox"/> Pardo | <input type="checkbox"/> Mulher | 2 Sentado |
| <input type="checkbox"/> Idoso | <input type="checkbox"/> Branco | | 3 Andando |
| | | | 4 Trabalhando |
| | | | 5 Consumindo |

Anotações:

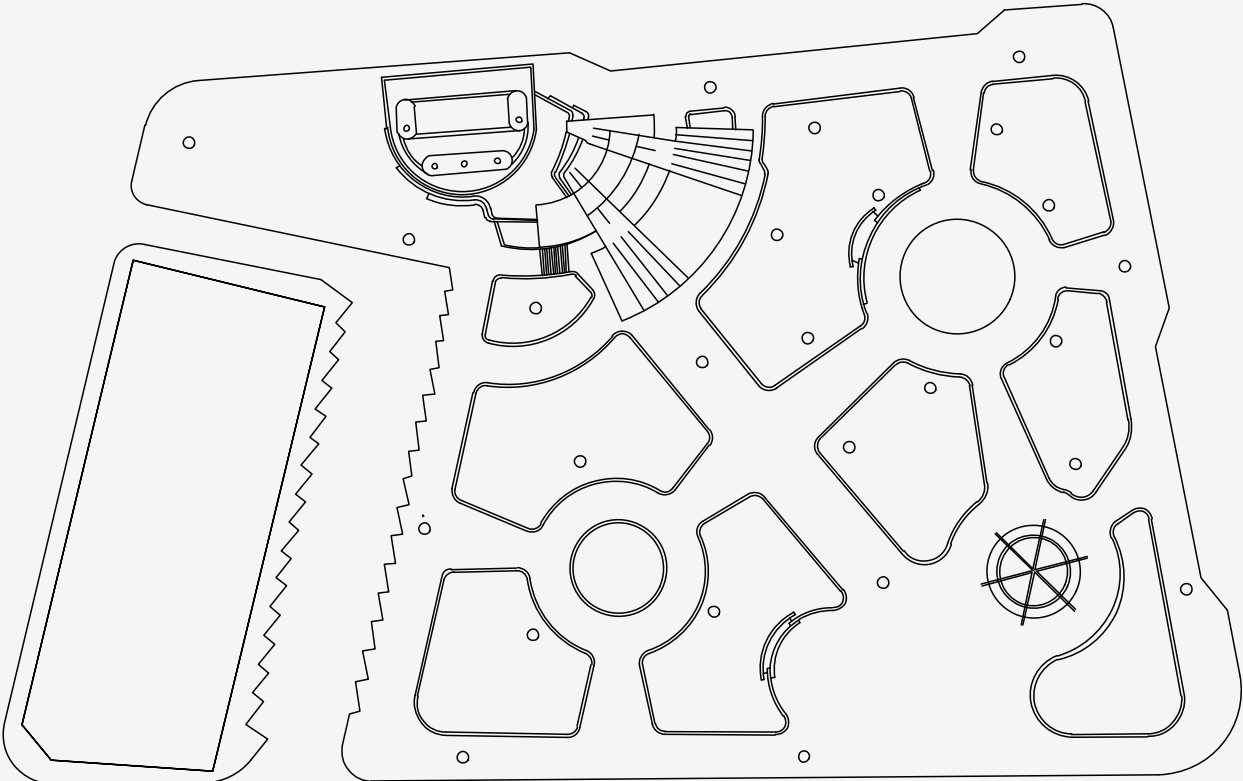
APÊNDICES - DIÁRIO DE CAMPO

Data da observação: __/__/__

Temática observada: Apropriação na Praça Clementino Procópio, Campina Grande, PB

Início da observação: ____ Final da observação: ____

Turno da observação: manhã almoço tarde



LEGENDA

| | | |
|-----------|---|--|
| 1 Criança | — Preto | Homem |
| 2 Adulto | — Pardo | — Mulher |
| 3 Idoso | — Branco | |

Anotações:

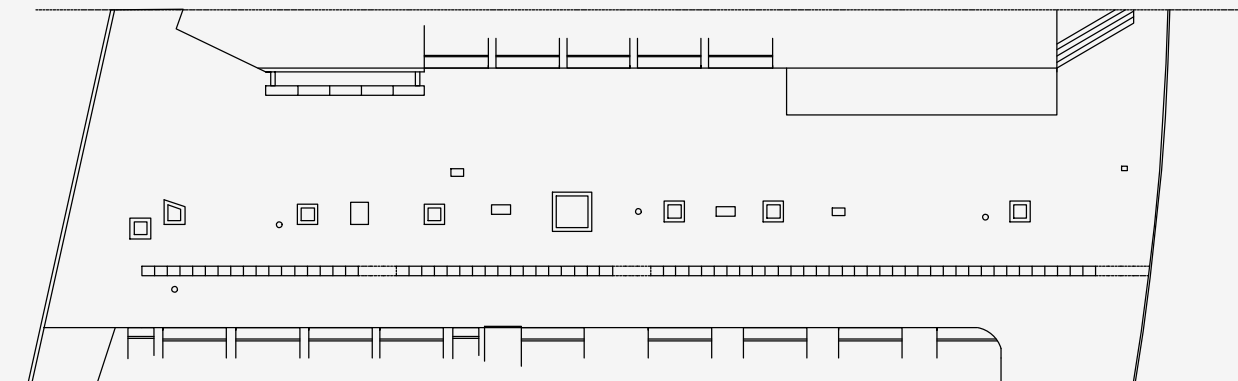
APÊNDICES - DIÁRIO DE CAMPO

Data da observação: __/__/__

Temática observada: Apropriação no Calçadão Cardoso Vieira, Campina Grande, PB

Início da observação: ____ Final da observação: ____

Turno da observação: manhã almoço tarde



LEGENDA

△ Criança
○ Adulto
□ Idoso

■ Preto
■ Pardo
■ Branco

♂ Homem
♀ Mulher

1 Em pé
2 Sentado
3 Andando
4 Trabalhando
5 Consumindo

Anotações:

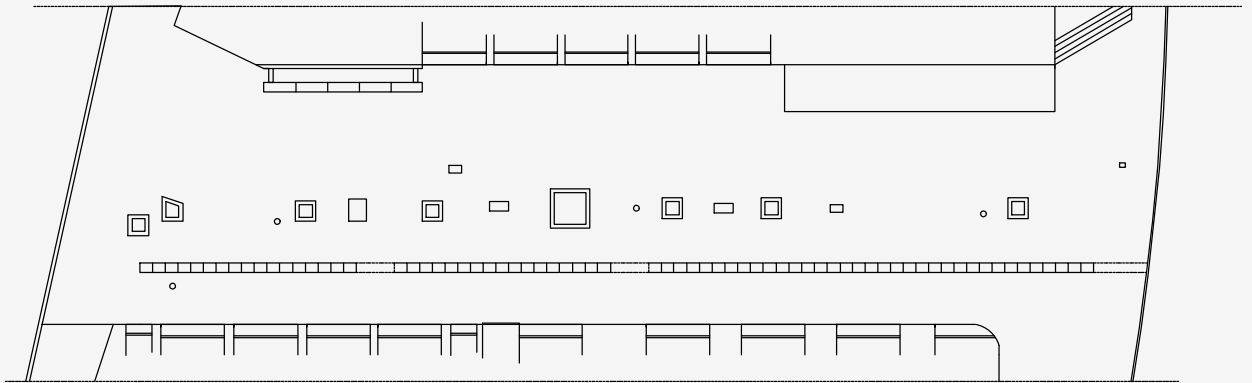
APÊNDICES - DIÁRIO DE CAMPO

Data da observação: __/__/__

Temática observada: Apropriação no Calçadão Cardoso Vieira, Campina Grande, PB

Início da observação: _____ Final da observação: _____

Turno da observação: manhã almoço tarde



LEGENDA

- | | | |
|-----------|---|--|
| 1 Criança | — Preto | Homem |
| 2 Adulto | — Pardo | — Mulher |
| 3 Idoso | — Branco | |

Anotações:
